



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO E DOUTORADO**

**MODELOS DE ENSINO PÚBLICO, EFICIÊNCIA E GESTÃO
ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO REGULAR
DE QUIXABA E DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO INTEGRAL DE
TIMBAÚBA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

VALDEMBERG DIAS DA SILVA

João Pessoa – PB

2013

VALDEMBERG DIAS DA SILVA

**MODELOS DE ENSINO PÚBLICO, EFICIÊNCIA E GESTÃO
ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO REGULAR
DE QUIXABA E DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO INTEGRAL DE
TIMBAÚBA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Dissertação de mestrado apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), para obtenção do título de mestre em Geografia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão

AREA DE CONCENTRAÇÃO: Território, Trabalho e Ambiente.

LINHA DE PESQUISA: Educação Geográfica.

João Pessoa – PB

2013

S586m Silva, Valdemberg Dias da.
Modelos de ensino público, eficiência e gestão escolar: uma análise da escola de ensino médio regular de Quixaba e da Escola de Ensino Médio Integral de Timbaúba, no estado de Pernambuco / Valdemberg Dias da Silva.-- João Pessoa, 2013.
100f. : il.
Orientador: Josias de Castro Galvão
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN
1. Escola pública - gestão. 2. Ensino médio - modelos - gestão. 3. Ensino médio - avaliação.

UFPB/BC

CDU: 37.057(043)

"Modelos de Ensino Público, Eficiência e Gestão Escolar: Uma Análise da Escola de Ensino Médio Regular de Quixaba e da Escola de Ensino Médio Integral de Timbaúba, no Estado de Pernambuco"

por

Valdemberg Dias da Silva

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:

Josias de Castro Galvão
Prof. Dr. **Josias de Castro Galvão**
Orientador

Anieres Barbosa da Silva
Prof. Dr. **Anieres Barbosa da Silva**
Examinador interno

Alexandra Maria de Oliveira
Prof. Dr. **Alexandra Maria de Oliveira**
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto/2013

Conversando com Deus

PEDI FORÇA E VIGOR; Deus me mandou dificuldades para me fazer forte. **PEDI SABEDORIA;** Deus me mandou problemas para resolver. **PEDI PROSPERIDADE;** Deus me deu energia e cérebro para trabalhar. **PEDI CORAGEM;** Deus me mandou situações para superar. **PEDI AMOR;** Deus me mandou pessoas com problemas para eu ajudar. **PEDI FAVORES;** Deus me deu oportunidades. Não recebi nada do que queria, recebi tudo que precisava, minhas preces foram atendidas! Por todas as pessoas que incentivaram a nossa formação acadêmica durante anos de dedicação exclusiva na busca do aprimoramento científico profissional, a partir dos conhecimentos adquiridos na Universidade. Nesse sentido, dedicamos esse trabalho as elas que foram muito importantes, tais como: nossos pais, docentes e amigos que acreditaram em nosso sucesso, apesar das grandes dificuldades e, acima de tudo, Deus, o nosso Pai Criador que nos deu apoio nos momentos cruciais dessa longa jornada.

AGRADECIMENTOS

Enveredar-se pelos caminhos tortuosos de uma pesquisa científica, requer um longo tempo de dedicação, quase que total, a sua realização. Sua reflexão nos permite um convívio com novas oportunidades, partilhas e cumplicidades com os mais diversos colaboradores durante a caminhada. Sob o cuidado de não cometer injustiças ao particularizar os agradecimentos, antecipo aqui nossas desculpas por não me lembrar de todos aqueles que direta ou indiretamente trilharam comigo essa jornada.

No início era luz (2011), no meio surgiram às trevas (Abril a Outubro de 2012), mas, o importante que a luz se fez presente novamente nos últimos dez meses do curso (novembro de 2012 a agosto de 2013), por intermédio, de novos caminhos que começaram a ser trilhados em busca da melhor saída para os nossos problemas, em meio a um enorme labirinto em que nos encontrava, possibilitando o envolvimento com uma geografia mais ligada a educação. Agradeço a luz do meu amigo, Marcio Vilela, nosso principal incentivador, ex-companheiro de profissão e de muitas alegrias, na Escola João Barbosa de Almeida, em 2008 e 2009. O meu muito obrigado a nossa grande amiga Profª. Ana Madruga, responsável por dois importantes momentos na UFPB. Foi a nossa orientadora na monografia de graduação (2007) e nos seis meses que fiquei sem orientação nestapesquisa, refazendo o projeto preparando-o para o Relatório de Qualificação (2012).

Agradeço ao Prof. Anieres Barbosa, pelas colaborações científicas na entrevista do projeto de pesquisa, em 2010, no Seminário de Dissertação, em 2012, no Relatório de Qualificação e na defesa da Dissertação de Mestrado, ambos em 2013, além dos conselhos dados durante esse período, sendo um grande exemplo de superação em sua caminhada acadêmica. Nesse sentido, agradeço, ainda, aos amigos: José Nildo, Ygor Yuri, Tássia Fernanda, Maria das Dôres, Lidiane Cândido, Karoline dos Santos, Marcos Aurélio, Petrúcio Clécio, Sidnei Felipe e Joseane Abílio, companheiros de curso que nos apoiaram nos bons e maus momentos nesses trinta meses, além de José Urbano, Jéfte Gabriel, Allan Melck, Isabel Correia, Josias Martins, Osias Martins, Emanoel Lourenço e Zenilda Velez, companheiros de trabalho e de profissão, que nesse período também deram total apoio a nossa pesquisa.

A Profª. Drª. Dadá Martins, por ter aceitado a missão de orientar nossa pesquisa, em nosso retorno à universidade, durante o primeiro ano de curso, modificando o nosso projeto inicial. No entanto, foram de grande valia os ensinamentos durante a orientação e por todas as

boas indicações de leituras, mesmo compreendendo as nossas limitações, que favoreceram momentos difíceis em nossa caminhada, além de ter tido a oportunidade de ser seu aluno durante o curso e nos encontros do grupo de estudos. Este agradecimento é extensivo a todos os seus orientandos, especialmente, Joseane, Jéssica, Angélica e Deusia, todas integrantes do GPCES (Grupo de Pesquisa, Ciência, Educação e Sociedade), no Centro de Educação.

No entanto, vai um agradecimento todo especial ao educador e mestre Josias de Castro Galvão que assumiu a missão de orientar-nos nos dez meses finais, na verdade, foi uma pena não ter conhecido antes essa pessoa maravilhosa que foi peça importante nesse processo e que nos ajudou a elaborar um importantíssimo trabalho científico, cujo teor constitui o norte do caminho percorrido sobre o tema aqui abordado.

Aos professores e professoras das disciplinas cursadas no PPGG e no PPGE: Doralice Maia; Maria de Fátima Rodrigues; Raimundo Barroso; Marco Mitidiero; Maria Adailza (Dadá Martins) e Jorge Chaves. Agradecemos as valiosas contribuições, extensivas a todos os mestrandos e companheiros de caminhada, de modo especial, pela partilha nas aulas expositivas, nos seminários, nas leituras e nas discussões para além da academia e pelos novos laços de amizade. À equipe do grupo de pesquisa GESTAR: território, trabalho e cidadania, por intermédio da Profª. Maria de Fátima Rodrigues, que cedeu o seu ambiente para os encontros individuais com nosso orientador e a Sônia (Secretária do PPGG-UFPB), pela atenção especial dispensada a todos os mestrandos e doutorandos vinculados ao Programa.

Com muita estima, agradeço ao Prof. Dr. Anieres Barbosa, pelas sugestões durante o Seminário de Dissertação, pois, além deste, agradecemos a Profª. Drª. Alexandra Maria de Oliveira (UFC), pelas sugestões na qualificação e neste momento final. À Profª. Maria de Fátima Rodrigues, pela atenção dada no momento mais difícil que passamos durante o curso quando estávamos sem orientação e por ser intermediária do Prof. Josias, quando foi Coordenadora do PPGG. Como também, ao novo Coordenador, o Prof. Marco Mitidiero, que também colaborou satisfatoriamente nesse intermédio para que tivéssemos a oportunidade de concluir a nossa pesquisa, consequentemente o curso de mestrado.

Agradecemos ainda a Profª. Isabel Correia, pela revisão ortográfica e gramatical de Língua Portuguesa e o Prof. Osias, ambos os companheiros de trabalho de São Vicente Férrer, pela correção das normas ABNT.

As Secretárias de Educação de Timbaúba, a Profª. Arleide de Albuquerque Guerra e de Quixaba, a Profª. Adiene Josefa Fernandes de Medeiros, pelas informações suscetíveis as gestões municipais. Aos gestores escolares da Escola de Referência de Ensino Médio de

Timbaúba (EREMT), o Prof. Antônio José Barbosa dos Santos (*in memorian*), professores e funcionários e da Tomé Francisco da Silva, de Quixaba, além dos professores, alunos e funcionários das escolas públicas, vinculadas à Rede de Ensino do Estado de Pernambuco, que abriram suas portas, contribuindo de forma satisfatória com a produção deste trabalho acadêmico.

À minha companheira, Fabiana, que apesar da distância, pois, passamos praticamente o tempo todo, em João Pessoa, durante os trinta meses de curso, em alguns momentos apoiou o projeto de vida, substituindo-me algumas vezes na escola, antes do nosso afastamento e, de certa forma, compreendeu a situação, por maiores que fossem os sacrifícios exigidos por esta longa jornada de estudos. Agradeço também a todos os meus familiares: pais, Valter e Joanete, ao nosso irmão, Valdério, nossos primos Severino Roberto, Silvio Carlos, Sergio Ricardo e Silvia Emilia e nossa tia, Joaneide, pelo incentivo manifestado de diferentes formas. A todos, o meu muito obrigado pelo apoio direto e/ou indireto, pois sem ele, certamente, não teria conseguido concluir esta árdua caminhada.

RESUMO

Os diferentes modelos escolares passam atualmente por diversos mecanismos avaliativos que colocam a prova os diferentes modelos de gestão e de ensino nas escolas públicas. A busca por modelos qualitativos da escola pública a partir de mecanismos quantitativos de avaliação coloca os gestores a definir metas para a inserção de suas escolas nas melhores posições do *ranking* estadual e nacional. Pernambuco não foge a busca por resultados satisfatórios nos processos avaliativos de qualidade de ensino e de gestão. Observamos empiricamente um fenômeno no processo referido que envolve dois modelos de ensino médio no sistema público de educação de Pernambuco, que é uma escola estadual regular e uma escola estadual integral, que aponta o desempenho de uma em relação à outra. A partir desse ponto, definimos nossa questão central que é a seguinte: como explicar o desempenho de uma escola regular frente a uma de tempo integral que recebe maior apoio da gestão pública e privada? Nesse sentido, nosso objetivo é desenvolver um estudo comparativo entre o desempenho de uma escola regular e outra de tempo integral no Estado de Pernambuco, considerando seus aspectos espaciais, sociais e econômicos. Os métodos de abordagem que lançamos para trilharmos no desvendamento da questão acima proposta e do objetivo perseguido passam pela operacionalização da análise quali-quantitativa e pelo materialismo histórico e dialético. Em relação aos procedimentos e técnicas, esta pesquisa se define pela pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e entrevistas. Como resultados desse estudo, consideramos que o modo de gestão escolar, mesmo que em regiões de baixo IDH, apresenta níveis satisfatórios em relação aos modelos de gerenciamento de escolas alvo de políticas de incentivos maiores, como observamos na escola localizada no Sertão de Quixaba em relação à escola localizada na Zona da Mata em Timbaúba. O rigor das atividades escolares associada à maior presença da família proporciona maiores desempenhos nos processos avaliativos considerados nesse estudo. Concluímos que não basta o jovem ter uma vida quase que integral na escola, mas o desempenho passa por maior investimento na formação e qualificação, disciplina e interação escola e família, não importando a região e as condições sociais e econômicas.

Palavras-chave: Escola Pública; Ensino Médio; Avaliação; Gestão.

ABSTRACT

The different school models pass through various evaluative mechanisms that put the test different models of management and education in the public schools. The search for qualitative models of public schools from quantitative evaluation mechanisms puts managers set goals for the insertion of their schools in the top ranking positions state wide and nationally. Pernambuco is no exception to search for satisfactory results in the evaluation processes of teaching quality and management. We observe empirically phenomenon referred to in the process that involves two models of secondary education in the state education system of Pernambuco, which is a regular state school and integral public school pointing performance relative to one another. From that point, we define our central question is: how to explain the performance of a regular school in opposite an integral school receives greater support from public and private management? In this sense, our objective is to develop a comparative study of the performance of a regular school and integral school in the State of Pernambuco, considering their spatial, social and economic. The methods of approach launched o forget unveiling of the question proposed above and the objective pursued, pass through the operationalization of qualitative and quantitative al yes is and the historical and dialectical materialism. Regarding the procedures and techniques, this research is defined by literature, field research and interviews. As results of this study, we consider how school management, even in regions with low HDI, shows satisfactory levels in relation to models of management schools focus for greater incentives, as noted in the school located in the Hinterland of Quixaba relative located in the Zone of Wood in Timbauba. The rigor of school activities associated with the increased presence of family provides higher performance n the evaluation processes considered in this study. We conclude that not enough young to have a life almost in the integral school, but the performance goes through greater investment in training and skills, discipline and school interaction with family, no matter the region and the social and economic conditions.

Keywords: Public School; Education Secondary; Evolution; Management

LISTA DE SIGLAS

ABNT-Associação Brasileira de Normas e Técnicas
ANEB-Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC-Agência Nacional de Rendimento Escolar
BDE- Bônus de Desempenho Educacional
CEE's- Centros Experimentais de Ensino
CEEA-Centro Experimental de Ensino de Arcoverde
CEEB-Centro Experimental de Ensino de Bezerros
CEEC-Centro Experimental de Ensino do Cabo de Santo Agostinho
CEEG-Centro Experimental de Ensino de Garanhuns
CEEI- Centro Experimental de Ensino de Ipojuca
CEEPA-Centro Experimental de Ensino de Palmares
CEEP- Centro Experimental de Ensino de Panelas
CEES- Centro Experimental de Ensino de Salgueiro
CEET- Centro Experimental de Ensino de Timbaúba
CAICs- Centros de Atenção Integral à Criança
CIACs- Centros Integrados de Atendimento à Criança
CERC-Centro Educacional Carneiro Ribeiro
CIEP's- Centros Integrados de Educação Pública
CONSED-Conselho Nacional de Secretários de Educação
EEFMTFS-Escola de Ensino Fundamental e Médio Tomé Francisco da Silva
EJA-Educação de Jovens e Adultos
ENEM- Exame Nacional de Ensino Médio
EREM-Escola de Referência em Ensino Médio
EREMB-Escola de Referência em Ensino Médio de Bezerros
EREMT-Escola de Referência em Ensino Médio de Timbaúba
ETE-Escola Técnica Estadual
FHC- Fernando Henrique Cardoso
FMI-Fundo Monetário Internacional
FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FRM-Fundação Roberto Marinho
FUNDEB- Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF-Fundo de Desenvolvimento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GEES-Gerências Executivas de Educação
GPCES-Grupo de Pesquisa, Ciência, Educação e Sociedade
IDEB-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ICE-Instituto de Co-Responsabilidade
IDEPE-Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco
IDH-Índice de Desenvolvimento Humano
INEP-Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MOBRAL-Movimento Brasileiro de Alfabetização

NUPEP- Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular, Infância e Juventude

OBMEP-Olimpíada Brasileira de Matemática

OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OSPB-Organização Social e Política do Brasil

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE-Plano de Desenvolvimento de Educação

PDDE-Programa Dinheiro Direto na Escola

PIB-Produto Interno Bruto

PNLEM-Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

PPGE-Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGG-Programa de Pós-Graduação de Geografia

PRADIME-Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação

PROCENTRO-Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental

PRONAICA- Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

PRONACAMPO-Programa Nacional de Educação do Campo

RMR-Região Metropolitana do Recife

SAEB-Sistema de Avaliação da Educação Básica

SENAI-Serviço Nacional de Alfabetização Industrial

SESI- Serviço Social da Indústria

SIMEC-Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle

UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFC-Universidade Federal do Ceará

UFPE-Universidade Federal de Pernambuco

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Localização dos municípios onde estão situadas as escolas.....	15
FIGURA 2-	GRE's e regiões de desenvolvimento.....	17

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Demonstrativo das escolas estaduais – geral	47
QUADRO 2-	Demonstrativo do IDEPE, com os resultados das escolas públicas estaduais nos últimos cinco anos (2008-2012).....	49
QUADRO 3-	Demonstrativo do prêmio destaque Brasil.....	52
QUADRO 4 -	Prêmio Destaque Brasil-Gestão escolar.....	54
QUADRO 5 -	Demonstrativo do IDEPE (posição da EREMT em relação às outras escolas no período de 2008 a 2012)	63
QUADRO 6 -	Demonstrativo do IDEPE (escolas de referência da rede estadual em geral de 2008 a 2012).....	65
QUADRO 7 -	Demonstrativo do SAEPE	68

SUMÁRIO

Introdução -	14
Capítulo 1 - ENSINO PÚBLICO NO BRASIL: construindo os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa.....	26
1.1- Recorte metodológico da pesquisa.....	26
1.2- Políticas públicas voltadas para a educação no início do século XXI.....	29
1.3- A educação e o ensino regular e de tempo integral.....	36
1.4- Os mecanismos quali-quantitativos da eficiência das escolas públicas em geral.....	42
Capítulo 2 - SISTEMAS DE ENSINO E MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO.....	46
2.1- Escola Ensino e Avaliação no Estado de Pernambuco.....	46
2.1.1- Escola regular e os resultados dos processos avaliativos.....	47
2.1.2- Caracterizando uma escola integral em Pernambuco.....	56
2.2- Demonstrando os mecanismos avaliativos das escolas públicas de Pernambuco.....	67
3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
ANEXOS.....	78

INTRODUÇÃO

A educação não tem como objeto real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeioe a sociedade humana como um todo. A educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida.

(MILTON SANTOS)

A epígrafe acima nos põe a refletir sobre a construção do espaço da cidadania pensada por Santos (1987), tendo a escola, os modelos educacionais e as práticas pedagógicas como transformadoras do sentido do ter e do ser do educador e do educando. Almeja uma libertação do homem das prisões construídas pela sociedade dividida socialmente e voltada para o mundo da materialidade pelo consumismo. O que contribui mais ainda para ampliar as distâncias sociais e econômicas, além de limitar os princípios de cidadania que passa, indubitavelmente, pelos direitos sociais.

Com isso, enquanto geógrafos devemos ficar atentos às inovações dos modelos educativos, às metodologias que instrumentalizam as avaliações de desempenho das escolas. Devemos ficar atentos também quanto às finalidades na formação dos educandos, nos diferentes modelos educacionais, sobretudo, as de natureza pública.

Sabemos que a geografia é uma ciência que nos permite explorar as diferentes situações da organização, da produção e da reprodução do espaço por meio das relações sociais. O sistema de escolas públicas é um objeto espacial e, portanto, merece nossa atenção.

Apresentamos esse trabalho de pesquisa científica, no campo da ciência geográfica, a fim de avaliar os impactos dos diferentes modelos de gestão e ensino nas escolas públicas do Estado de Pernambuco, que no presente, encontra-se em constante processo avaliativo. Assim, é nosso interesse pesquisar a eficiência dos modelos de ensino médio no sistema público de educação de Pernambuco, comparando uma escola estadual regular e uma escola estadual integral e, investigando as razões do desempenho de uma em relação à outra.

A abordagem desse tema de investigação resulta de questionamentos feitos em momentos importantes da nossa vivência sócio-profissional no ensino público. Durante os últimos 04 anos (2008-2012), pudemos observar a diferença entre escolas de ensino regular e ensino integral no nível médio.

Assim, pesquisamos uma escola integral, localizada no município de Timbaúba, na Zona da Mata Norte, e outra de tempo regular, localizada no município de Quixaba, no Sertão do Alto Pajeú, que são as seguintes: a) Escola de Ensino Fundamental e Médio Tomé Francisco da Silva (EEFMTFS), em Quixaba e; b) Escola de Referência em Ensino Médio de Timbaúba (EREMT). Podemos observar a localização das escolas por meio da Figura 1a seguir.

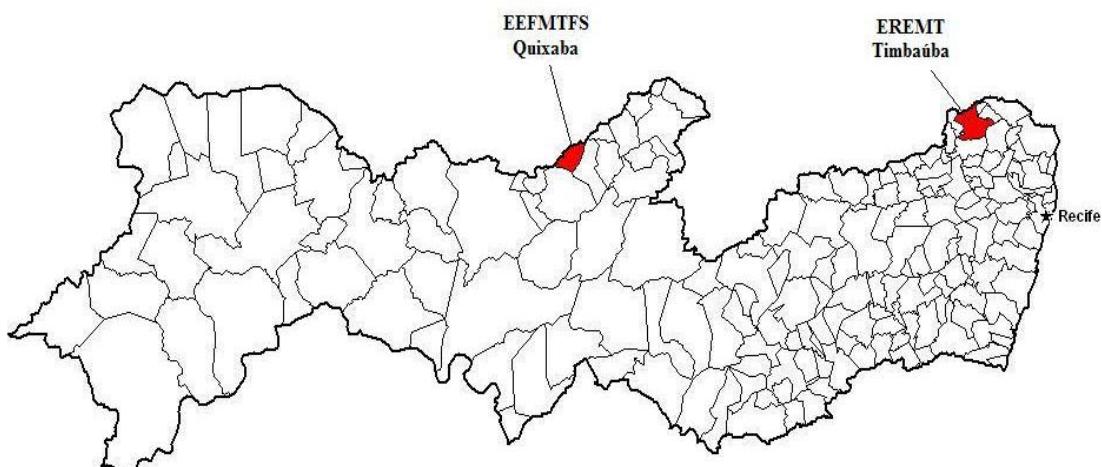


Figura 1 - Localização dos municípios onde estão situadas as escolas.

Fonte: Municípios do Estado de Pernambuco. www.santiago.pro.br. 2012.

Nesse período citado, observamos nessas escolas em questão, as diferenças, no que diz respeito à eficiência delas, principalmente, a de ensino regular, através de resultados expressivos em nível estadual, regional e nacional, com a aplicação de mecanismos avaliativos de eficiência de gestão e rendimento escolar dos alunos do ensino médio. Esta observação pode ser feita especialmente em escolas de ensino médio, da Gerência Regional da Mata Norte Pernambucana (GRE Mata Norte), com sede no município de Nazaré da Mata e da Gerência Regional Sertão do Alto Pajeú Pernambucano (GRESertão do Alto Pajeú), com sede no município de Afogados de Ingazeira.

O critério adotado para a escolha dessas escolas públicas acima indicadas recaiu, sobretudo, na divulgação do quadro que aponta o *ranking*¹ dos melhores resultados das escolas pública do Estado de Pernambuco.

Temos então, um modelo tradicional e outro de tempo integral². Analisaremos, portanto, o perfil deles, o significado do desempenho e a análise da possível construção do espaço da cidadania. Assim, é o que investigamos nesta pesquisa.

Entretanto, é necessário analisarmos suas causas e, é por isso, que escolhemos esse tema, pois, podemos refletir sobre a importância da efetivação de diferentes modelos de educação na mesma rede pública de ensino. Queremos com isso, comparar esses dois modelos a fim de refletir sobre a gestão pública das escolas e os impactos espaciais e socioeconômicos desses modelos de ensino no Estado, sobretudo, na busca efetiva de educar o cidadão para a vida.

Nessa perspectiva, estudamos as possíveis variáveis e índices que interferem ou não na eficiência dos níveis de ensino médio no ensino público de Pernambuco, principalmente, nas escolas acima citadas que servem como parâmetro para obtermos respostas consistentes acerca do sistema de educação estadual.

No entanto, para explicarmos melhor nossa temática é necessário enfatizar a realidade do ensino público de Pernambuco, principalmente, no que se refere às escolas estaduais.

A Secretaria de Educação do Estado divide o território pernambucano em quatro Gerências Executivas de Educação (GEEs) e dezessete Gerências Regionais de Educação (GREs) que são as seguintes: i) Recife Norte (bairro de Santo Amaro); ii) Recife Sul (Cidade Universitária); iii) Metropolitana Norte (Cidade Universitária-Recife); iv) Metropolitana Sul (Cidade Universitária-Recife); v) Mata Norte (Nazaré da Mata); vi) Mata Centro (Vitória de Santo Antão); vii) Mata Sul (Palmares); viii) Litoral Sul (Barreiros); ix) Vale do Capibaribe (Limoeiro); x) Agreste Centro Norte (Caruaru); xi) Agreste Meridional (Garanhuns); xii) Sertão do Moxotó/Ipanema (Arcoverde); xiii) Sertão do Alto Pajeú (Afogados de Ingazeira); xiv) Sertão do Submédio São Francisco (Floresta); xv) Sertão do Médio São Francisco (Petrolina); xvi) Sertão Central (Salgueiro) e xvii) Sertão do Araripe (Araripina). A distribuição geográfica das GREs pode ser observada na Figura 2- GREs e regiões de desenvolvimento. Essas unidades monitoram toda a educação pernambucana, fornecendo dados diretamente para a Secretaria Estadual, e que servem de base para o Censo Escolar Anual.

¹A classificação será apresentada e discutida no segundo capítulo desse estudo.

²Modelos que são melhor detalhados no primeiro capítulo.



Figura 2 – GREs e Regiões de Desenvolvimento.

Fonte:Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. 2012.

Chamamos atenção para cinco níveis de ensino médio na gestão do sistema público de educação em Pernambuco. O primeiro nível é o **Travessia Médio**. Trata-se de um programa de correção de fluxo escolar que integra o Programa de Aceleração de Estudos de Pernambuco e que faz parte de uma política pública de ensino do governo estadual em que a finalidade é a redução da defasagem idade/série dos estudantes do ensino médio da Rede Estadual de Educação Pública.

Para efetivação dos objetivos desse programa, a Secretaria de Educação convidou a Fundação Roberto Marinho para atuação junto aos jovens do ensino médio com dois anos ou mais de defasagem escolar, por meio da metodologia do Telecurso. O projeto beneficiou, inicialmente, 54 mil estudantes e envolveu 2700 professores que atuaram em 1800 telessalas distribuídas em várias cidades do Litoral ao Sertão do Estado.

Na primeira fase, o Travessia Médio ocupou 400 telessalas em escolas estaduais nas seguintes Gerências Regionais de Educação (GREs): a) Recife Norte e Sul; b) Metropolitana Norte e Sul; c) Mata Centro, Norte e Sul; d) Agreste Meridional; e) Sertão do Submédio São Francisco, do Araripe e Central. Atualmente, está presente em quase todos os municípios pernambucanos. Desde que foi lançado em 2007, o Programa conseguiu formar mais de 127 mil estudantes e reduzir em um terço o índice de alunos com defasagem idade-série no ensino

médio. Em 2012, ocorreu a quarta formatura do Travessia e 30 mil formandos receberam o diploma do ensino médio.

As aulas são presenciais e à distância, com a utilização de um material de apoio elaborado especialmente para o Programa. A metodologia é utilizada em quase seiscentas escolas da rede pública, em 2.189 salas de aula das regionais do Estado. Segundo seus idealizadores, o Travessia consegue ser mais efetivo do que o ensino regular tradicional, em razão da existência de dois professores (um lecionando Ciências Humanas, Letras e Artes e o outro Ciências Exatas e da Natureza), que orientam os alunos para receberem uma atenção especial e, assim, melhorar seu rendimento escolar. Afirmando que esse Programa aumentou o interesse dos estudantes e fez nascer um aprendizado com mais comprometimento e inclusão social.

O segundo modelo de ensino médio, considerado o principal pela atual gestão estadual, é o **Programa de Educação Integral**, criado pelo Governo do Estado de Pernambuco através de sua Secretaria de Educação, e que tem o objetivo de reestruturar o ensino médio pernambucano, oferecendo jornada ampliada de ensino aos jovens. O Programa de Educação Integral pauta-se pela visão da educação interdimensional, como espaço privilegiado do exercício da cidadania e se empenha no sentido de fazer do protagonismo juvenil um traço importante de sua estratégia educativa. Para os gestores desse modelo, por três anos, nessa modalidade de ensino escolar, o jovem que quiser chegar ao mundo privilegiado do conhecimento, da pesquisa e da especialização profissional, não fica na fronteira tradicional do conhecimento, memorizando fórmulas.

Nesse Programa, inicialmente, foram criados os Centros de Educação Experimental (CEEs), em 2004, através de uma reforma urgente no Ginásio Pernambucano em Recife, que de acordo com seus princípios, tem como objetivo formar o jovem autônomo, solidário e competente. Nesse modelo, educar é desenvolver no ser humano quatro competências básicas: pessoal, social, produtiva e cognitiva. Tem como base o protagonismo juvenil que é a atuação de adolescentes e jovens, através de uma participação construtiva, reconhecendo-os não como problema, mas, sim como solução. O idealizador foi Marcos Magalhães, ex-aluno dessa escola e Presidente do Instituto de Co-Responsabilidade em Educação (ICE) que se sensibilizou com o estado de abandono da escola, promovendo a restauração da mesma em parceria com a iniciativa privada, como a Philips e a Odebrecht. Este é um projeto criado por um grupo de empresários e educadores, realizado em parceria com o Governo do Estado,

administrado na época por Jarbas de Andrade Vasconcelos (1999-2006) e conduzido após o seu afastamento pelo vice-governador José Mendonça Filho (2006-2007).

As treze primeiras unidades escolares que se transformaram em CEEs no estado foram: Ginásio Pernambucano (Santo Amaro-GRE Recife Norte); Cícero Dias (Recife-GRE Recife Sul); Maria Vieira Muliterno (Abreu e Lima-GRE Metropolitana Norte); CEEI (Ipojuca-GRE Metropolitana Sul); CEEC (Cabo de Santo Agostinho-GRE Metropolitana Sul); CEET (Timbaúba-GRE Mata Norte); CEEB (Bezerros-GRE Mata Centro); CEEPA (Palmares-GRE Mata Sul); CEEG (Garanhuns- GRE Agreste Meridional); CEEP (Panelas- GRE Agreste Centro Norte); CEEA (Arcoverde-GRE Sertão do Moxotó/Ipanema); Prof. Adauto de Carvalho (Serra Talhada-GRE Sertão do Alto Pajeú) e Clementino Coelho (Petrolina-GRE Sertão do Médio São Francisco). Posteriormente, foram implantadas nas seguintes escolas: Nóbrega (Encruzilhada-GRE Recife Norte); Josias Inojosa (Araripina-GRE Sertão do Araripe); CEES (Salgueiro-GRE Sertão Central) e Arnaldo Assunção (Caruaru-GRE Agreste Centro Norte).

No entanto, na atual gestão administrada por Eduardo Henrique Accioly Campos (desde 2007), o projeto de ensino médio integral no estado foi continuado e expandido, pois, quando assumiu o Governo do Estado de Pernambuco, havia apenas dezessete unidades no regime integral, sendo criadas mais sete, totalizando vinte e quatro unidades. Em 2008, os CEEs passaram a ser denominados Escolas de Referência de Ensino Médio (EREMs) com a criação do Programa de Educação Integral, ou seja, as escolas de tempo integral se tornam uma política pública. Neste mesmo ano, são implantadas mais trinta e uma unidades, totalizando cinquenta e cinco unidades, além disso, foram iniciadas as obras de implantação de sete Escolas Técnicas Estaduais (ETEs). A unidade de Jaboatão dos Guararapes foi reformulada e ampliada e outras seis escolas foram construídas nos municípios de Limoeiro, Carpina, Surubim, Timbaúba, Goiana e Sertânia, com investimentos da ordem de 29 milhões de reais.

Constatamos que esse modelo foi ampliado no início desse século. Em 2009, passaram a totalizar cento e três unidades. Em 2010, chegou a cento e sessenta unidades. Em 2011, cento e setenta e quatro unidades e, em 2012, o número de unidades chegou a duzentas e dezessete unidades, sendo que, duzentas e quatro foram implantadas na gestão do Governo Eduardo Campos. Atualmente, cento e dezessete unidades funcionam em horário integral e cem oferecem jornada semi-integral. Elas estão localizadas em cento e trinta e oito municípios pernambucanos, incluindo, o Arquipélago de Fernando de Noronha. Com a ampliação no número de escolas, o Programa de Educação Integral passou a atender 84 mil estudantes em

2012. A pretensão da gestão estadual para 2014 é de atingir um total de trezentas unidades, pelo menos, uma unidade por município, completando um ciclo de oito anos consecutivos.

O terceiro modelo de ensino médio em Pernambuco, o **Normal Médio**, que além de ser tradicional é caracterizado por ser profissionalizante composto por quatro séries. Ainda é adotado na Rede Estadual de Educação, mas a procura tem diminuído face há algumas situações: Uma delas é que a iniciativa privada e a gestão pública estão dando prioridade aos docentes com diploma de graduação, especialmente, o de pedagogia, para lecionarem no ensino infantil e no fundamental I. Outra situação é a busca por outras formações profissionalizantes. As escolas técnicas e as de referência, segundo o governo estadual, são unidades de ensino que preparam melhor o aluno para outras carreiras, consideradas mais promissoras no competitivo mercado de trabalho atual. Assim, tem-se investido na ampliação de escolas que possui essa finalidade, criado novos cursos profissionalizantes e ampliado o número de vagas em cursos em razão das novas exigências de mercado.

O quarto modelo e o mais procurado, historicamente, é o **ensino médio regular**. Tem três anos de duração com alunos, em sua maioria, na faixa etária dos 15 aos 17 anos. Apresenta como objetivo principal assegurar ao educando a construção básica do conhecimento científico e a consciência das necessidades do homem contemporâneo. As aulas são presenciais em turno único (manhã, tarde ou noite) e serve de base para exames de vestibulares e para competições estudantis. Com a implantação da educação integral no estado, desde 2004, esse modelo vem perdendo espaço, principalmente, para aqueles alunos que optam, por sua inteira decisão ou influência familiar, considerando que essa modalidade tenha uma carga de estudos mais exigente no âmbito escolar ou cursar uma área técnica no ensino médio. Sobre os professores do quadro efetivo, alguns não dispõem de tempo suficiente, porque trabalham na rede municipal e estadual, possuem dois vínculos na rede estadual (manhã e tarde), ou ainda, aqueles que possuem apenas um vínculo na rede estadual e não querem se submeter a passar o dia inteiro na escola integral, o ensino regular continua e continuará sendo a opção mais viável. Vale ressaltar que, mesmo com o nível de cobrança inferior se comparando às escolas integrais, o Governo também cobra resultados expressivos das escolas regulares e, normalmente, são alcançados.

Finalmente, o quinto e último modelo é a **Educação de Jovens e Adultos (EJA) Médio**. Abrange alunos fora da faixa (maiores de 18 anos) das séries do ensino médio que estudam à noite, por conta de assumirem atividades remuneradas durante o dia. A maioria dos alunos volta a estudar para concluir esse nível de ensino. Historicamente, a análise da

construção nacional do conceito de EJA, em Pernambuco, em particular, o tema ganhou força nos anos de 1960, através do Movimento de Cultura Popular e Círculos de Cultura. Educadores como Paulo Freire (e seus famosos programa e método de alfabetização), Silke Weber, João Francisco de Souza, Adosinda Costa, Paulo Rosas, Tereza Barros, Jacirema Bernardo são alguns dos nomes marcantes que escreveram a história do conhecimento da EJA no Estado. Também merecem registro, como a Rede de Alfabetização de Casa Amarela, no Recife, a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, as Secretarias de Educação Municipais do Cabo de Santo Agostinho, do Recife e de Camaragibe, os Centros Josué de Castro, Luiz Freire e Paulo Freire, o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular da UFPE (NUPEP), dentre outras instituições que entram na rede discursiva da EJA, reconstruem e ressignificam os Círculos de Cultura daquele movimento popular de educação.

Depois de apresentados os modelos de educação pública do Estado de Pernambuco no ensino médio, é relevante neste momento, destacarmos os principais indicadores utilizados, em âmbito estadual e nacional, que servem de referência para a avaliação anual do rendimento das escolas. Inicialmente apresentamos os indicadores estaduais: IDEPE (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco), SAEPE (Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco) e o BDE (Bônus de Desempenho Educacional). Estes, por sua vez, correlacionados com os indicadores nacionais: SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o Censo Escolar³.

No atual discurso do Governo do Estado de Pernambuco, produz uma imagem que a educação avançou muito desde 2007, e afirma que tende a avançar mais ainda, pois, ao apresentar os dados quantitativos quer evidenciar a evolução a partir dos indicadores qualificativos positivamente. Certo disso, o poder público do Estado de Pernambuco considera que o modelo de gestão educacional vigente é inovador e deve ser seguido em qualquer unidade federativa brasileira. Desse modo, podemos citar algumas das principais ações de destaque mencionadas pela entidade ao longo dos últimos cinco anos, tais como: Programa de Educação Integral (desde 2007); Travessia Médio (desde 2007); Programa Merenda Escolar (desde 2009); Programa Paulo Freire: Pernambuco Alfabetizado (desde 2008); Prêmio de Tecnologia a Serviço da Educação (desde 2007); Programa Mãe Coruja (desde 2007); Projeto Educar (desde 2010); Olimpíadas de Jogos Eletrônicos (desde 2008);

³Apresentamos a definição, a descrição, os dispositivos e a classificação destes instrumentos de avaliação do desempenho das escolas no capítulo seguinte.

Bônus de Desenvolvimento Educacional (desde 2009), Programa Ganhe o Mundo (desde 2012), dentre outros.

Desse modo, pretendemos explorar mais profundamente a situação da educação pernambucana, no âmbito estadual, especificamente, através de um estudo comparativo entre uma escola de destaque no cenário nacional que oferece o ensino médio regular e outra escola com destaque no cenário estadual que oferece o ensino médio integral, pois, nossa preocupação está voltada para o desenvolvimento da educação brasileira, e consciente do nosso papel como agente de transformação.

A questão central é a seguinte: como explicar o desempenho de uma escola regular frente a uma de tempo integral que recebe maior apoio da gestão pública e privada? A partir dessa, problematizamos o tema em questões secundárias para dar conta de nossos objetivos. São as seguintes: a) qual a importância dos resultados dos indicadores que são utilizados para obter dados sobre as escolas para a educação pernambucana? b) como os sujeitos envolvidos recebem esses resultados? c) para quem servem esses resultados? d) por que uma escola de ensino regular localizada na zona rural pernambucana tornou-se um exemplo para todas as escolas do Brasil? e) será necessário passar o dia inteiro na escola para conseguir bons resultados? f) o ensino regular e o integral apontam para redução de suas diferenças no que concebe ao desempenho dos estudantes nos diferentes indicadores avaliativos? g) podemos observar a ampliação do acesso dos mais carentes ao ensino público em escolas com melhores indicadores de qualidade?

Através de um quadro demonstrativo baseado nos dados do IDEPE, entre 2008 e 2012, pudemos observar o rendimento anual das escolas. Foi publicado, considerando o período citado, o *ranking* com as 10 melhores escolas estaduais que ficou dessa forma: 1) Escola de Aplicação Profª. Ivonita Alves Guerra (Garanhuns-GRE Agreste Meridional)- 5,78; 2) Escola de Aplicação Prof. Chaves (Nazaré da Mata-GRE Mata Norte)- 5,46; 3) EREM Prof. Adauto Carvalho-EREMPAC (Serra Talhada-GRE Sertão do Alto Pajeú)- 5,31; 4) EREMB (Bezerros-GRE Mata Centro)- 5,18; 5) **EREMT (Timbaúba-GRE Mata Norte)- 5,17;** 6) EREM Clementino Coelho (Petrolina-GRE Sertão do Médio São Francisco)- 5,15; 7) **Escola Tomé Francisco da Silva (Quixaba-GRE Sertão do Alto Pajeú)- 5,13;** 8) ETE Cícero Dias (Recife-GRE Recife Sul)- 5,05; 9) Escola de Aplicação do Recife FCAP/UPE (Recife-GRE Recife Sul)- 5,05 e 10) EREM de Salgueiro (Salgueiro-GRE Sertão Central)- 5,04.

Os dados acima revelam um fato interessante nesses primeiros cinco anos de pesquisa do IDEPE: há quatro escolas de ensino médio regular, três delas são de Aplicação, ligadas a

UPE (Universidade de Pernambuco), bem ranqueadas entre as seis escolas de ensino médio integral (cinco EREMs e uma ETE). A Tomé Francisco, uma das escolas regulares presentes na lista principal, ficou a 0,65 da líder desse grupo, outra escola de ensino regular região, a Escola de Aplicação Prof^a. Ivonita Alves Guerra de Garanhuns, ou seja, as escolas de ensino médio regular lideram o ranking a frente das favoritas EREMs, grande aposta do Governo do Estado, desde 2007, em termos de educação. As dez escolas estão divididas, regionalmente, da seguinte maneira: quatro escolas sertanejas, três na Zona da Mata, duas na Região Metropolitana do Recife (RMR) e uma no Agreste, ou seja, em todas as regiões geográficas do Estado de Pernambuco, contou com a presença de escolas nesse *ranking*, sendo bem distribuído espacialmente.

Definimos, para elaboração dessa pesquisa, o objetivo geral em que intentamos desenvolver um estudo comparativo entre o desempenho de uma escola regular e outra de tempo integral no Estado de Pernambuco, considerando seus aspectos espaciais e sócio-econômicos. Para dar conta desse objetivo, definimos os específicos que apresentamos a seguir: a) discutir a política educacional voltada para o ensino médio, através da formação regular e integral; b) diferenciar os modelos de ensino médio no sistema público de educação em Pernambuco, através da gestão; c) apresentar os mecanismos da avaliação das escolas públicas a partir das GRES no Estado Pernambucano; d) avaliar os instrumentos avaliativos do desempenho das escolas públicas pernambucanas e os reflexos da divulgação dos seus resultados; e) discutir criticamente o desempenho das escolas a partir dos mecanismos avaliativos, nas escalas estadual e nacional, evidenciando a formação dos estudantes de ensino médio; f) indicar as principais características da clientela que se serve de uma escola com qualificação no *ranking* dos melhores estabelecimentos públicos de ensino médio do Estado de Pernambuco.

Para dar conta do problema já enunciado e dos objetivos expostos, devemos refletir a respeito do recorte essencial da objetivação científica que queremos oferecer para operacionalizar abordagens, interpretação, técnicas e procedimentos. Assim, pensamos em método e procedimentos em busca de respostas coerentes ao fenômeno e o problema pesquisados.

Os métodos de abordagem que lançamos para trilharmos no desvendamento das questões acima propostas e dos objetivos perseguidos, que passam, indubitavelmente, pela operacionalização da análise quali-quantitativa exposto por Deslandes (1994) e pelo materialismo histórico e dialético, aperfeiçoado por Marx. Em relação aos procedimentos e

técnicas, definimos as seguintes: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e as entrevistas⁴.

Enfim, nos esforçamos para obter o máximo de informações para o diagnóstico do fenômeno objeto desse estudo. Perseguimos, na interpretação e na análise dos dados coletados, a aproximação das respostas nítidas para os problemas listados. Desse modo, buscamos atingir os objetivos propostos, contribuindo com o fazer pedagógico, bem como dar o apoio necessário para futuros trabalhos e pesquisas no âmbito do ensino médio regular e integral.

No primeiro capítulo, apresentamos o detalhamento maior de nossos referenciais teórico-metodológicos. Uma reflexão sobre a contribuição da análise quali-quantitativa, da dialética e do materialismo histórico voltados à reflexão sobre o ensino público no Brasil. Apresentamos a política educacional voltada para o ensino médio, através da formação regular e integral, esquadinhada no início desse século. Expomos os modelos de ensino público e avaliamos os mecanismos quali-quantitativos da eficiência das escolas.

No segundo capítulo, apresentamos as caracterizações das escolas públicas pernambucanas. Além disso, demonstramos a infraestrutura avaliativa, apresentando os principais indicadores e variáveis utilizados pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e pelo Governo Federal na constituição dos mecanismos quali-quantitativos de avaliação das escolas.

A partir desse ponto, evidenciamos a contextualização situacional das escolas públicas pernambucanas, explorando a localização, territorialização das ações do Estado, apresentação dos indicadores e das variáveis apresentados pelo poder público. Nossa intuito maior nesse capítulo é avaliar os instrumentos que são referenciais aos gestores para aferir o desempenho das escolas públicas pernambucanas, mas que também trazem relevantes reflexos na gestão e na sociedade com a divulgação dos resultados.

⁴Apresentamos de modo mais detalhado, os métodos, procedimentos e técnicas utilizados no início do primeiro capítulo.

CAPÍTULO I- ENSINO PÚBLICO NO BRASIL: construindo os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa

Nesse capítulo evidenciamos a necessidade de expormos nossas preocupações com os recortes metodológicos e dos procedimentos da pesquisa. Em seguida, fazemos uma explanação sobre o ensino público no Brasil, em que o recorte temporal da pesquisa é definido e justificado. Apresentamos ainda as principais ações voltadas ao ensino regular e integral, considerando as escalas nacional e estadual. Destacamos os principais instrumentos de avaliação utilizados para classificação das escolas no *ranking* estadual e nacional. Por fim, fazemos uma aproximação da exploração da temática que envolve as políticas educacionais, visando à eficiência das escolas públicas com os debates atuais no âmbito do saber geográfico.

1.1 Recorte metodológico da pesquisa

Lakatos& Marconi (2007, p.44) afirmam que “Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam esses métodos são ciências, mas, não há ciência sem o emprego de métodos científicos”. As autoras falam da importância dos métodos científicos que servem de apoio para as ciências e com a geografia não é diferente. Como nossa pesquisa é social, utilizamos alguns métodos científicos que contribuem na investigação geográfica e na educação. Para tanto, apresentamos alguns métodos de abordagem (base lógica da investigação) que utilizamos e serviram de base para a construção de nossa pesquisa.

Um dos métodos que operacionalizados é o quali-quantitativo. Isso porque compreendemos que é impossível quantificar sem qualificar. O exato contrário não é verdadeiro. Por exemplo, as entrevistas fechadas produzem respostas fechadas transformadas em números. Vale ressaltar que, nas ciências sociais o objeto de estudo, o homem, é histórico e possui consciência histórica. É preciso enfatizar que nas ciências sociais há a identidade entre sujeito e objeto, e que são intrínseca e extrinsecamente ideológicas e fundamentalmente qualitativas. Nesse sentido, Deslandes (1994) vem tratar sobre o caráter qualitativo das ciências sociais e da metodologia que se deve aplicar para reconstruir, de forma teórica, o seu significado, pois, a pesquisa qualitativa se dedica a investigar significados, motivos, valores e atitudes, impregnados de subjetividade, enquanto que a pesquisa quantitativa explora o lado estatístico e visível, ou seja, a valorização dos dados numéricos. Dessa forma, a autora

menciona que mesmo havendo distinção entre dados qualitativos e dados quantitativos, eles se complementam.

Sendo a metodologia a junção de conteúdos, pensamentos (do investigador) e existência, a teoria e o método se combinam, mas a criatividade do pesquisador é fundamental na elaboração de uma pesquisa. Os dados qualitativos auxiliam bastante na medida em que o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, em vez de recolhê-los para comprovar modelos, teorias ou verificar hipóteses. Os dados quantitativos correspondem às necessidades de conhecimento e a estatística, arte de massacrar os números até que eles confessem algo interessante, cuja pretensão é construir aproximações diante da realidade, mas na verdade, opera por afastamento e por criação de abstrações que dão respostas apenas a teoria que os cria. Não se trata de revelar uma realidade a partir de uma relação numérica apenas, mas, os instrumentos constituídos pela quantificação podem nos revelar como meio de aprofundamento na análise do fenômeno em destaque na pesquisa. Exemplo disso é o estudo que traçamos para os quadros demonstrativos do processo avaliativo do IDEPE e que se mostram relevantes em nossa pesquisa.

Servimo-nos também da dialética. O método é bastante difundido nas ciências sociais, utilizado por Marx e também com as contribuições hegelianas. Como abordaremos o dizer institucional sobre eficiência de rendimento escolar associado aos modelos de gestão pública do Estado é essencial pensarmos a dialética. Entramos num campo dialógico de ideias e práticas em que as contradições e possivelmente as contraposições entre os sujeitos da pesquisa marcam seus lugares na sociedade. Desse modo, ao recorremos à dialética queremos falar dos contrários, do velho e do novo. Em Marx e Hegel primamos pela razão das contradições, a negação e os antagonismos numa mesma realidade.

Nesse método, em nenhum momento é dito que algo é estático, pelo contrário, há um movimento constante em busca de transformação, em desenvolvimento, através de um processo conflitante de negação, por exemplo, de um sistema em relação ao outro. Escolhemos esse método, porque vimos claramente, em nossa pesquisa, esse fenômeno observando as diferenças entre o modelo de ensino médio regular (velho) e o modelo de ensino médio integral (novo) na Rede de Educação de Pernambuco (mesma realidade). As contradições, os antagonismos e as negações possibilitam a complexificação do fenômeno pesquisado, à medida que, além de não podermos entender um modelo educacional separado de outro, as escolas fazem parte de uma mesma superestrutura estatal. Queremos afirmar que

a rede de ensino necessita dos dois modelos para se desenvolver. A dialética então nos reforça na reflexão a existência contraditória de uma em razão da outra.

Destacamos também a necessidade de recorrermos ao materialismo histórico. Em relação à pesquisa, consideramos pertinente, por entendermos que o modelo de ensino integral está inserido na educação pernambucana desde 2004. Nesse sentido, precisamos compreender o movimento presente como um processo que se constituiu a partir do passado. Devemos então pensar o escolanovista que foi introduzido no Brasil nos anos de 1920 para verificarmos as razões da necessidade de mudanças e de permanências dos atuais modelos educacionais em Pernambuco.

Nossa pesquisa foi realizada em duas escolas públicas estaduais de Pernambuco. Nela identificamos variáveis e índices, que contribuem significamente para revelar nosso problema e problematização da pesquisa. Os procedimentos selecionados foram norteados pelos instrumentos de pesquisa revelados a seguir. Instrumentos elaborados a partir de uma leitura quali-quantitativa do fenômeno. Lakatos & Marconi (2007) indicam que no quali-quantitativismo o pesquisador se “utiliza dos seguintes procedimentos: análise, interpretação e coleta de dados; uso de técnicas estatísticas, como amostragem; observação de hábitos, comportamentos e atitudes”. Utilizamos esse princípio de pesquisa, porque dispomos de dados em forma de números (quantitativos) e dados representados através de significados, valores e atitudes (qualitativos).

Outro procedimento utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Trata-se de instrumento básico para qualquer trabalho de pesquisa, pois, é a partir dela que o pesquisador passa a ter um referencial com informações indispensáveis a respeito do objeto de estudo, servindo assim de base norteadora para a fundamentação teórica.

Recorremos também à pesquisa de campo. Além da coleta de dados diretos por meio das visitas às escolas e as instituições relacionadas à gestão delas, possibilitou uma aproximação direta com os sujeitos, lugares e realidade dos gestores educacionais. Esse procedimento nos forneceu elementos e informações imprescindíveis no andamento da pesquisa.

Uma técnica relevante na pesquisa foi o recurso da entrevista, que segundo Lakatos & Marconi (2007, p.278) “Trata-se de uma conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra entrevistado. O papel de ambos pode variar de acordo com o tipo de entrevista”. Essa técnica, normalmente, continua sendo uma das mais utilizadas nas pesquisas ciências humanas, como também os questionários. Utilizamos a entrevista

despadronizada ou semi-estruturada para a coleta de dados orais e de conversas informais, pois, tivemos completa liberdade para direcionar as perguntas. Realizamos entrevistas apenas com os gestores das referidas escolas, para a obtenção de informações gerais sobre as mesmas, tais como: matrículas, currículos, aprovação em vestibulares, frequência dos alunos, entre outros.

1.2 -Políticas públicas voltadas para a educação no início do século XXI

As políticas públicas educacionais no Brasil passaram ao longo dos últimos anos, por sérias transformações em sua estrutura. Nesse sentido, evidenciamos nosso recorte temporal que compreende o período de 2003 a 2012. Período que compreende toda a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o início do Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Mostramos, a partir desse recorte, as principais ações governamentais na tentativa de qualificar nossa educação aos padrões de países que são excelência nesse setor.

Iniciamos pelo ano de 2003. Ano em que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva iniciou um ciclo de governo que se encerrou em 2010, após a conclusão de seu segundo mandato à frente do Poder Executivo Federal. A sua vitória no pleito de 2002, trazia consigo a expectativa de avanços em diferentes setores da sociedade brasileira, inclusive no campo educacional, pois, era esperado que importantes mudanças ocorressem no âmbito das políticas públicas, da atuação e do papel do Estado frente às necessidades diversas em todo território nacional, principalmente, no Norte-Nordeste que possui, historicamente, uma forte diferenciação quanto aos indicadores sociais e econômicos em relação ao restante do país.

No campo das políticas educacionais para educação básica, novas ações foram implementadas, ao lado de um processo de consolidação e de redefinição de algumas políticas que estavam em andamento. Foram três ministros, no primeiro mandato do Presidente Lula, (2003-2006), que assumiram o Ministério da Educação e da Cultura (MEC): Cristovam Buarque (1/1/03-27/1/04), Tarso Genro (27/1/04-29/7/05) e Fernando Haddad (29/7/05-1/1/11). Esse último continuou à frente da pasta durante todo o segundo mandato (2007-2010) e, atualmente é o Governador do Estado de São Paulo.

A seguir apresentaremos as principais políticas públicas criadas nesse Governo, em prol da educação básica, a nível municipal e estadual.

No primeiro mandato (01/01/2003 a 31/12/2006), o Governo enfrentou grandes desafios. O primeiro deles esteve relacionado à questão econômica. Lula assumiu o governo com déficit em relação aos investimentos na educação. Houve um declínio de investimento de

oito bilhões, no final do Governo FHC, para sete bilhões, no início de seu mandato, restrições estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2005, Fernando Haddad assumiu o Ministério da Educação no lugar de Tarso Genro, que deixou a pasta para se tornar Presidente do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como estamos retratando as políticas públicas no período do Governo Lula (2003-2010), apontaremos as principais ações em prol da educação brasileira nesse período, a partir das informações do Ministério de Educação. Com relação à educação básica, especificamente ao ensino regular, destacamos as seguintes ações. Em 2003, foi criado o primeiro programa da gestão, o **Programa Escola Aberta**. Trata-se de uma ação que incentiva e apóia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas (municipais e/ou estaduais) localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade, ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação para o trabalho e a geração de renda oferecida aos estudantes e à população do entorno das escolas. O objetivo do programa é o de aproximar família e escola, em que os pais e familiares pudessem compartilhar com professores e alunos, as práticas pedagógicas e os momentos de lazer para possibilitar aos protagonistas, oficinas educativas e com isso resgatar a autoestima e também revelar talentos diversos.

Em 2004, foi criado o **Programa Nacional do Livro do Ensino Médio-PNLEM**, prevê a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país. Inicialmente, atendeu 1,3 milhão de alunos da primeira série do ensino médio de 5.392 escolas das regiões Norte e Nordeste, que receberam, até o início de 2005, 2,7 milhões de livros das disciplinas de português e de matemática. Em 2005, as demais séries e regiões brasileiras também foram atendidas com livros de português e matemática. Todas as escolas beneficiadas estão cadastradas no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Os alunos recebem, além dos livros didáticos de língua portuguesa e matemática, os livros de geografia, história, física, química, biologia, sociologia, filosofia e de língua estrangeira (inglês ou espanhol).

Em 2005, foi criada a **Prova Brasil**, ação que avalia a cada dois anos, os alunos da 4^a e 8^a séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental da rede pública de turmas com mais de vinte alunos. É complementar ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e um dos componentes para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A

avaliação é dividida em duas provas: Língua Portuguesa, que mede a capacidade de leitura, interpretação de textos e de fixação da mensagem e Matemática, que avalia o raciocínio em contexto com a realidade do aluno.

Em 2006, foi criado o **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica- FUNDEB**, programa que atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. É um importante compromisso da União com a educação básica, na medida em que aumenta em dez vezes o volume anual dos recursos federais. Além disso, materializa a visão sistêmica da educação, pois, financia todas as etapas da educação básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos.

Nesse mesmo ano, também foi criado o **Programa Professor Capacitado**, que capacitou 75 mil docentes, através da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores. A Escola de Gestores qualificava os diretores das escolas e democratizava a gestão escolar. Houve ainda a oferta de 17 mil vagas em cursos de graduação à distância para suprir a carência de professores nas áreas de Física, Química, Biologia e Matemática.

No segundo mandato (01/01/2007 a 31/12/2010), Fernando Haddad continuou como Ministro da Educação, mas, neste período houveram algumas falhas em sua gestão. A principal delas foram os inúmeros erros de impressão encontrados nas provas aplicadas em 2010, do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pois, a partir de 2009, foi introduzido um novo modelo de prova, com a proposta de unificar o concurso vestibular das universidades federais brasileiras. O novo exame passou a ser realizado em dois dias de prova, contendo 180 questões objetivas e uma questão de redação. Além disso, foi adotada a Teoria da Resposta ao Item (TRI) na formulação da prova, que permite que as notas obtidas em edições diferentes do exame sejam comparadas e até mesmo utilizadas para ingresso nas instituições de ensino superior.

A oposição atribuiu as falhas à má administração federal e o descaso com a educação, pois, entendia que, para muitos jovens, o exame era a principal porta de entrada do ensino superior. Haddad foi um dos responsabilizados por este fato que repercutiu no Brasil e no mundo, mas, o Ministério da Educação já havia admitido que sabia das falhas apenas ao abrir e distribuir as provas e que o órgão responsável pelo exame, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), não checou a impressão final. Lembrando que, em 2010 e 2011, houve novas falhas.

Em 2007, foi o ano em que foram criados vários programas federais voltados à educação que passaremos de descrevê-los a seguir.

O **Educenso** que expunha uma radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro. A ferramenta permitia obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada. Todo o levantamento foi através internet. A partir dos dados do Educenso, foi calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e planejada a distribuição de recursos para alimentação, transporte escolar e livros didáticos, entre outros;

A criação do **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Indicador de qualidade educacional que combina informações sobre desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou SAEB) com informações de rendimento escolar (aprovação) que varia entre uma escala de 0 a 10. A meta governamental, até o momento, é atingir o índice seis (06) para anos iniciais do ensino fundamental até 2021. O índice, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), pretende mostrar as condições de ensino no Brasil. A partir da análise desse indicador, o MEC passou a oferecer apoio técnico e financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino;

O **Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE**, programa voltado para o aperfeiçoamento da gestão escolar democrática e inclusiva. Ele busca auxiliar a escola, por meio de uma ferramenta de planejamento estratégico, disponível no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), a identificar os seus principais desafios e, a partir daí, desenvolver e implementar ações que melhorem os seus resultados, oferecendo apoio técnico e financeiro para isso. Tem o objetivo de nivelar a educação brasileira com a dos países desenvolvidos até 2021 e prevê medidas, como a criação de um índice para medir a qualidade do ensino e de um piso salarial para os professores de escolas públicas.

Sobre as ações governamentais referente ao ensino de tempo integral nesse período, destacamos a criação do **Programa Mais Educação**, que se constitui como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macro campos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

O **Brasil Profissionalizado** visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. A iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino

médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é integrar o conhecimento do ensino médio à prática. Mais de 1,5 bilhão de reais já foi conveniado pelo Ministério da Educação para estimular a implementação de ensino médio integrado à educação profissional nos estados.

Em 2008, foi criada a **Provinha Brasil**, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. Nesse ano, foi aplicada a 1ª edição desta avaliação e contou com cerca de 4.681 municípios e 22 unidades federativas receberam do MEC/FNDE o material impresso e as demais secretarias de educação puderam fazer o download do material na página do INEP. Em 2009, os instrumentos de avaliação foram distribuídos para a totalidade dos estados e municípios e em 2010, já era disponível a versão digital da primeira edição da avaliação.

Em 2009, foi criado outro incentivo de apoio ao ensino integral, o **Programa Ensino Médio Inovador- PROEMI**, que integra as ações do PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. O objetivo do programa é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do ensino médio e às demandas da sociedade contemporânea.

Finalmente, em 2010, foi criado o **Programa Saúde na Escola**, visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida dos educandos. Tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Na gestão do Governo Dilma Rousseff, a partir de 2011 até o momento, foram dois ministros que assumiram o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), Fernando Haddad (1/1/11-23/1/12), que deu continuidade ao seu trabalho e Aloizio Mercadante, atual ministro que iniciou seu mandato em 24/1/12. Esse primeiro continuou à frente da pasta durante todo o segundo mandato (2007-2010) do ex-presidente Lula e, atualmente é o Governador do Estado de São Paulo.

Foi criado em 2011 o **Programa Brasil Alfabetizado**. Trata-se de um programa que tem como objetivo alfabetizar jovens a partir dos quinze anos, de maneira descentralizada e

utilizando voluntariado por todo o país. As turmas de alfabetização estão divididas entre rurais e urbanas, tendo número mínimo de alunos em dez e vinte, respectivamente. O máximo permitido é vinte e cinco alunos. No caso de alunos especiais, cada turma pode comportar até três alunos. Cada Estado recebe um auxílio financeiro de ordem proporcional ao número de turmas, alfabetizadores, coordenadores e alfabetizandos cadastrados.

Em 2012, foi criado o **Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação-PRADIME**, com o objetivo de fortalecer e apoiar os dirigentes da educação municipal na gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais. O intuito do programa é contribuir para o avanço em relação às metas e aos compromissos do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é oferecer a todos os dirigentes municipais de educação e as equipes técnicas que atuam na gestão da educação e do sistema municipal, um espaço permanente de formação, troca de experiências, acesso a informações sistematizadas e à legislação pertinente, que ajude a promover a qualidade da educação básica nos sistemas públicos municipais de ensino, focando as diversas dimensões da gestão educacional.

Nesse mesmo ano foi criado, o **Programa Nacional de Educação do Campo-PRONACAMPO**, foi criado com o objetivo de apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino.

Portanto, apresentamos as principais políticas públicas educacionais no Governo Lula e no início do Governo Dilma, esperando que na continuação dessa gestão, a educação básica se torne mais forte e que possa preparar bem os alunos para o futuro.

A intenção de uma política educacional pode ser clara ou obscura. Conhecendo a sua intenção, poderá ser compreendido outro aspecto que a envolve, o poder. Pelo fato, da política educacional ser estabelecida por meio do poder de definição do processo pedagógico, em função de um grupo, de uma comunidade ou de setores dessa comunidade. Ela tanto pode ser resultado de um amplo processo participativo, em que todos os membros envolvidos com a tarefa pedagógica (professores, pais e alunos) possam debater e opinar sobre como ela é, como deverá ser e a que fim deverá atender como também pode ser imposição de um pequeno grupo que exerce o poder sobre a grande maioria coletiva. Em contraponto, Libâneo (2008),

fala que a classe política e os pesquisadores da educação deveriam ter a noção que as análises política, sociológica ou econômica da educação, devem estar de acordo com a análise pedagógica. Nesse sentido, os profissionais que não fazem parte da realidade pedagógica, principalmente, aqueles que estão inseridos no setor político, normalmente decidem sobre políticas públicas educacionais, mas, dificilmente se dão conta do que se refere a especificidade da educação.

A ideia de que a melhoria da educação básica é compromisso de todos e só se dá com o envolvimento de toda a sociedade é recorrente nas políticas educacionais a partir dos anos de 1990. O apelo ao compromisso social para com a melhoria da educação básica é fundado na noção de que a educação é responsabilidade da família e dos indivíduos e que a escola pública necessita do apoio de todos os segmentos para cumprir seu papel de educar. Esse argumento recorrente é bastante retórico no sentido que insiste em um discurso que evoca práticas de envolvimento e responsabilização social – como se estivesse nas mãos de cada indivíduo, em particular, melhorar o mundo, melhorando a educação – quando se sabe que fatores estruturais intra e extraescolares são determinantes do baixo desempenho obtido nos exames de “medição” de qualidade.

Discutir a realidade educacional não é uma tarefa fácil. Mesmo com a criação desses programas há uma grande porcentagem de crianças e adultos analfabetos, adultos analfabetos funcionais, que não sabe lidar com a tecnologia presente na atualidade, pois, a grande maioria não conclui a educação básica.

No Governo Lula, houve um melhoramento dessa realidade no país com a Educação para Jovens e Adultos (EJA) e o Acelera, dentre outros programas presentes nas escolas, mas, ainda não são métodos devidamente aplicados para uma boa educação. Deve-se focar na realidade do que está acontecendo e adaptar os alunos, principalmente os carentes, para que tenham realmente a base e se adaptem a novas tecnologias que hoje são indispensáveis em nosso cotidiano. Vemos também o preconceito com relação aos alunos com deficiência porque a escola não educa e não ensina sobre a diversidade que existe entre os seres, observamos ainda que não haja tantos projetos para meninos de rua e que não há uma solução para aquelas crianças que são obrigadas a trabalhar e por isso abandonam a escola.

Outro problema com relação a notável queda da qualidade do ensino público é o tempo de preparação do profissional de educação, pois, o professor tem menos tempo para pesquisa, atualização, especialização na sua área específica ou em áreas afins, além do fato de que quanto maior o número de alunos numa sala de aula menor é o rendimento destes e do próprio

professor e esta ainda é uma das vantagens do ensino privado. O resultado disso é a diminuição de investimentos e, também, da qualidade de ensino, tornando menos equilibrada a diferença entre instituições estatais e privadas, produzindo futuros professores com formação inferior.

1.3. A educação e o ensino regular e de tempo integral

Antes, porém, de nos atermos às políticas públicas educacionais, convém descrevermos um breve histórico dos modelos de ensino regular e integral no Brasil. Inicialmente descreveremos o histórico do ensino regular em nosso país.

O ensino regular no Brasil se inicia com a chegada dos europeus, especificamente, dos portugueses que não eram de acordo com a cultura nativa, considerada incivilizada, selvagem. Dessa forma, foram trazidos os jesuítas não só para catequizar, mas, para aplicar a moral e os costumes europeus, além da aplicação de métodos pedagógicos, pois, os nativos não sabiam ler, nem escrever, dá início o Período Jesuítico (1549-1759). O ensino da geografia era revelado através do romantismo da paisagem local e a afeição ao lugar de origem.

Eram oferecidos os cursos elementares (alfabetização), Letras e Filosofia (secundários). No entanto, em 1759, o Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro de Portugal (1750-1777) decidiu expulsar todos os jesuítas das colônias portuguesas, paralisando assim dezessete colégios e escolas elementares. Sendo assim, foi determinado que nas escolas e colégios se oferecesse aulas de gramática, latim, grego e retórica, além de criar o cargo de diretor de estudos, a partir daí, dá início ao Período Pombalino (1760-1808).

O ensino foi dirigido pelos vice-reis portugueses, sendo criado o subsídio literário, imposto destinado à manutenção do ensino básico, essas medidas foram instauradas através da Reforma Pombalina de Educação. Esse panorama sofre modificações com a chegada da família real ao país, em 1808, a partir daí, dá início o Período Joanino (1808-1821). Nesse período, D. João VI, rompeu com a situação educacional anterior e criou escolas militares. Em 1817, foi editado no Brasil, a *Corografia Brazilica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, escrito pelo Pe. Manuel Ayres de Casal, obra descriptiva das regiões do país.

Após várias crises comerciais que favoreceram o colapso financeiro, em Portugal, a Família Real se viu obrigada a retornar a Europa. No Brasil, o único representante da Corte a permanecer no país, foi D. Pedro de Alcântara, que diante das fortes pressões das Cortes, em

prol da recolonização brasileira, proclamou a Independência do Brasil, em 1822, a partir daí, dá início o Período Imperial (1822-1888).

Em 1824, é promulgada a primeira Constituição nacional e no Artigo 179 mencionava que “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. Em 1826, são instituídos quatro graus de instrução: pedagogias (escolas primárias), liceus, ginásios e academias. Em 1834, com a promulgação da Nova Constituição, as províncias passariam a ser responsáveis pelo ensino primário e secundário. Em 1837, O Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, se torna a primeira escola brasileira a incluir geografia nas disciplinas obrigatórias. A intenção é criar uma elite nacional capaz de ocupar quadros políticos e administrativos. É bom lembrar que, após a Abolição da Escravatura, em 1888, dá início o Período da Primeira República (1889-1929).

Em 1900, a geografia ganha espaço nas escolas de todo o país. Acredita-se que, conhecendo as características físicas do local, o sentimento de nacionalismo e patriotismo foi despertado nos estudantes e, em 1905, é lançado o livro *Compêndio de Geografia Elementar*, de Manuel Said Ali Ida (1861-1953), que tinha como proposta o estudo do Brasil por regiões, abrindo espaço para um melhor conhecimento do território nacional. Nesse período, a escola recebe forte influência da filosofia positivista, com destaque para a Reforma Benjamin Constant, que tinha como objetivos a liberdade, laicidade e gratuidade da educação primária. Com as mudanças ocorridas na economia mundial, muitas revoltas ocorreram no país, dentre elas a Revolução de 1930 e, a partir daí, surge o Período da Segunda República (1930-1936).

Nessa época, surge a necessidade de se formar uma mão-de-obra capaz de produzir na indústria, pois, o país entrava no mundo capitalista de produção, pois, isso foi permitido por conta da acumulação de capital do período anterior, fazendo com que o país investisse no mercado interno. Através da Reforma Francisco Campos foram criados o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação, que começam a vigorar, em 1934; o ensino secundário teria uma nova organização e seria consolidado. Nesse mesmo ano, o departamento e o curso superior de geografia são criados na Universidade de São Paulo. A maioria dos professores era da escola francesa e defendia a abordagem tradicional. No entanto, em 1937, aconteceu um plano comunista para tomar o poder do país, conhecido como Golpe de Estado de 1937 e a partir daí, surge o Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial político comandado por Getúlio Vargas.

Nesse ano foi promulgada uma nova Constituição que enfatizava o ensino vocacional e profissional, de acordo com as demandas do sistema capitalista. A educação ficaria por conta da iniciativa individual ou de grupos privados e, sendo assim, o Estado ficaria livre do dever educativo. Nas escolas normais, primárias e secundárias foram obrigadas a introduzir atividades práticas voltadas para o mercado de trabalho. Nesse sentido, surgem as escolas industriais, como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SESI (Serviço Social da Indústria) oferecendo cursos profissionalizantes. A educação básica era composta da seguinte forma: primário (cinco anos), ginásial (quatro anos) e secundário ou colegial (três anos) no modelo clássico (10% dos alunos) ou científico (90% dos alunos). Em 1945, após um movimento militar que pôs fim ao Estado Novo e a Era Vargas, surgindo então, o Período Populista ou República Nova (1946-1966), caracterizado pelo comando de líderes populares, ou seja, era baseado na intermediação entre um líder carismático e o povo.

Esse modelo de governo era favorável a escola pública, universal e gratuita. Com a promulgação da Constituição de 1946, torna-se obrigatório o ensino primário e a União retoma o poder sobre a educação nacional. Em 1947, é editado o livro *Geografia: curso elementar*, composto por 390 questões de perguntas e respostas em caráter decorativo. Em 1953, a educação passa a ser administrada pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). Nesse sentido, foi criado o Plano Nacional de Alfabetização, pelo MEC, baseado no método freiriano. Com a queda do Governo João Goulart, em 1964, surge o Período de Ditadura Militar (1964-1985).

Em 1967, o ensino básico foi ampliado de quatro para oito anos e para erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), baseado no método freiriano, no entanto, não obteve êxito e foi extinto. As disciplinas de geografia, história, sociologia e filosofia foram retiradas da grade curricular do ensino básico, sendo substituídas por disciplinas criadas a partir dos ideais militares, como Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. No entanto, através do Movimento das Diretas Já e a forte pressão popular pela volta da democracia, surge à Nova República (desde 1985).

Nos anos de 1990, foi criada as Leis de Diretrizes e Bases 9394/96, dizendo que o ensino infantil (creches-crianças até 3 anos e pré-escolas- crianças de 4 a 6 anos) e fundamental (duração de 9 anos) é obrigação da esfera municipal e estadual, o ensino médio (duração de 3 anos- sistema regular e de 4 anos- Normal Médio) é obrigação da esfera estadual e o ensino superior é obrigação da esfera federal, esfera esta que subsidia as

anteriores financeiramente. São criados programas e indicadores voltados para a educação básica, tais como: FUNDEF, SAEB, ENEM, entre outros que vem proporcionando o declínio na taxa de analfabetismo, o aumento expressivo no número de matrículas em todos os níveis de ensino e o gradual crescimento da escolaridade média da população, embora, os indicadores educacionais revelem dados negativos, tais como: o perfil do analfabetismo é regional, problemas como a evasão escolar no ensino fundamental. A publicação dos PCNs lista os objetivos da disciplina escolar geografia. Os alunos precisam compreender as relações entre a formação da sociedade e o funcionamento da natureza com base na paisagem.

Vejamos agora um histórico do ensino integral em nosso país.

O ensino integral no Brasil ocorreu inicialmente na década de 1920, sob a influência do movimento escolanovista, apresentando um modelo escolar bastante limitado socialmente, voltado apenas para a elite. Na década de 1930, surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 ou Escola Nova, marco na definição de prioridades e metas educacionais que necessitavam ser efetivadas. O documento, como o próprio título faz referência, foi o pioneiro e notável instrumento de regulamentação da situação educacional brasileira, não funcionando apenas como um alerta a sociedade, mas também, como inspiração ao surgimento das leis que regem a nossa educação.

No entanto, esse modelo escolar bastante limitado socialmente, era voltado apenas para a elite brasileira. Essa realidade passou a ser modificada quando, as transformações no modelo econômico brasileiro⁵ determinaram novas demandas na formação escolar dos trabalhadores, necessitou a presença de uma escola primária reformulada. Tratou-se da busca da universalização da educação para estendê-la a toda população, independente de classe social. Sobre essa fase, Paro (1988) diz que:

O escolanovismo defendia que não bastava “desanalfabetizar” as grandes parcelas da população, era preciso uma reformulação da escola, para que esta fornecesse uma educação integral para formar o “cidadão”. Entretanto, nesse momento histórico, o país não dispunha de condições materiais suficientes para universalizar essa educação (PARO, 1988, p.190).

A educação integral chegou até nós com a concepção que conhecemos atualmente, através de movimento da Escola Nova, que aconteceu no início do século XX, influenciando massivamente o pensamento sobre educação. Segundo Paro (1988), com esse movimento a escola passou a ser vista como instância transformadora da sociedade, com a capacidade de

⁵Queremos evidenciar aqui a passagem do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial que passou a exigir um quadro de operários mais qualificados.

diminuir os conflitos sociais. Esse modelo estava baseado nos ideais liberais que objetiva a formação de um cidadão, inserido numa sociedade democrático-burguesa. Um dos expoentes do escolanovismo foi John Dewey (1859-1932), que fazia uma crítica ao ensino vigente à época, concebido por ele como tradicional, intelectualista, mecânico e formal. Propôs então, uma nova pedagogia na qual o centro de ensino era o aluno e não o professor. Dava ênfase nos procedimentos e não nos resultados, como afirma Teixeira (1994). Essas ideias tiveram grande influência mundial, embora muito criticadas pelas consequências que causaram para a classe trabalhadora. Nesse sentido, Bakunin (2003) propõe que haja uma formação integral ampla, envolvendo inclusive a esfera produtiva, sugerindo uma possível base teórica para a elaboração de uma proposta de educação que possa corresponder às novas necessidades e problemas que se apresentam às escolas públicas brasileiras voltadas para esse segmento educacional.

A partir, da década de 1950, a educação em tempo integral se efetiva apenas para uma parcela restrita da população, devido aos custos envolvidos. Também foi criada pelo então, Secretário de Educação da Bahia, Anísio Teixeira, a primeira instituição de ensino em tempo integral no país, voltada para as populações carentes, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CERC), em Salvador. Nesse sentido, Cavaliere (2002) afirma que a formação integral deve atender não apenas a função instrucional, mas, também aquelas outras funções sociais que a escola vinha incorporando historicamente. Trata-se da ideia de que o tempo ampliado posto a serviço não apenas da dinamização e intensificação das atividades de ensino-aprendizagem stricto senso, mas, também da vivência de um conjunto de experiências definidas como culturais, esportivas e artísticas, possibilitando aos alunos das classes desfavorecidas, além da superação do reincidente fracasso escolar, o ingresso num universo cultural mais amplo e propiciador de percursos emancipatórios.

Na década de 1980, foram criados os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Rio de Janeiro. Chegou a ter em torno de quinhentas unidades funcionando em todo o Estado. Posteriormente, foram denominados Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs)⁶, criados no Governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e inspirado no modelo CIEPs, do governo de Lionel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, e que fazia parte do Projeto Minha Gente. Posteriormente, o modelo foi assumido pelo Ministério da Educação no Governo de Itamar Franco (1992-1995), passando a se chamar, a partir de 1993, Programa

⁶MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos."CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança)" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educa Brasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=82>, visitado em 12/3/2013.

Nacional de Atenção Integral à Criança (PRONAICA). Assumiu as instalações do CIACs, que a partir de então se denominou CAICs. Neste, buscava-se a articulação entre os órgãos de todas as esferas e ONGs internacionais para o desenvolvimento de ações de atenção integral à criança e do adolescente. Oferecia “atendimento integral à criança e ao adolescente mediante ações de educação, saúde, assistência e promoção social e integração comunitária”⁷. Ao final da gestão de Itamar Franco, esses modelos não foram continuados, passando as instalações para os estados e municípios em todas as unidades da federação brasileira.

Chamamos atenção que a partir do primeiro lustro dos anos 2000, a educação integral se tornou um dos principais pontos abordados em prol da melhoria do ensino público nacional, pois, passou a contar com o financiamento especial do Governo Federal, administrado pelo Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), repassando recursos financeiros para esse investimento nas escolas municipais e estaduais de todas as regiões brasileiras. A partir da constatação de que a implantação assimétrica da educação integral como imposição governamental de cima para baixo não tem sido eficiente, foi desenvolvido, desde 2006, o Programa Mais Educação, que prevê a implantação progressiva da educação integral nas escolas públicas mediante a participação da comunidade e através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), que permite a chegada de uma verba para a educação integral na escola sem a passagem por instâncias intermediárias e com gerenciamento compartilhado entre membros da comunidade escolar.

1.4 -Os mecanismos quali-quantitativos da eficiência das escolas públicas em geral

Após o enfoque sobre o histórico dois modelos de educação no Brasil, necessitamos apresentar e analisar os mecanismos quali-quantitativos utilizados pelo Ministério de Educação do Governo Federal, como o SAEB, o IDEB e o Censo Escolar, que indicam o perfil qualificativo das escolas brasileiras. Estes são pré-requisitos para os indicadores estaduais, que servem para revelar, numericamente, a situação educacional do Brasil. No Estado de Pernambuco, os principais indicadores educacionais são o IDEPE e o SAEPE, que oferecem dados relevantes para a composição de um quadro geral do nível educacional para

⁷BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 8.479, de 06 de Novembro de 1992. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1. 10/11/1992. p. 15601.

comparações entre os municípios, os estados e o país. Vamos, na oportunidade, expor os diferentes quadros comparativos a partir do nosso recorte temporal supracitado.

Quando um novo indicador expõe o atraso brasileiro na sala de aula muita gente atribui o fiasco ao acanhado orçamento da educação. Na verdade, o Brasil, investe menos nessa área, embora tenha aumentado nos últimos anos, do que as nações mais desenvolvidas nesse setor. Considerando apenas os gastos públicos, o Brasil já surge, surpreendentemente, no mesmo nível das nações mais ricas. Só que a qualidade da educação não acompanhou o empenho financeiro e, o país permaneceu no mesmo patamar de sempre, sendo um dos piores do mundo.

O SAEB é um conjunto de sistemas de avaliação do ensino brasileiro, desenvolvido e gerenciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O SAEB é realizado de dois em dois anos por amostragem de alunos. O sistema é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANE) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC). Tem como objetivo principal promover uma avaliação externa e em larga escala da educação no Brasil, visando a construir dois tipos de medidas: a aprendizagem dos estudantes e os fatores de contexto correlacionados com o desempenho escolar, pois, os seus resultados apontam para a melhoria da qualidade e equidade da escolarização.

A ANE produz informações a respeito da realidade educacional por regiões brasileiras. A ANRESC também conhecida como Prova Brasil é uma avaliação criada, em 2005, pelo Ministério da Educação. É realizada a cada dois anos e participam todos os estudantes de escolas públicas urbanas do 5º e do 9º ano de turmas com mais de 20 alunos. A avaliação é dividida em duas provas: língua portuguesa, onde é medida a capacidade de leitura, interpretação de textos e de fixação da mensagem e matemática onde é avaliado o raciocínio em contexto com a realidade do aluno.

O IDEB é um indicador criado para medir a qualidade das escolas de todo o país. Ele é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. Para que o indicador de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, seja aprovado e frequente a sala de aula. Com o IDEB, as redes municipais, estaduais e federal de ensino têm metas de qualidade para atingir. A fixação da média seis a ser alcançada considerou o resultado obtido pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O Censo Escolar Anual é uma pesquisa realizada anualmente, desde 2001, pelo INEP que levanta informações estatístico-educacionais sobre as diferentes etapas e modalidades nos níveis de ensino da educação básica (pública e privada). No mesmo ano, a Diretoria de Estatísticas da Educação Básica (DEEB), responsável pela coordenação do índice, incluiu no instrumento de coleta, campos para o registro de informações sobre instituições, cursos, matrículas, concluintes e funções docentes da educação profissional técnica de nível médio. Segundo o Ministério da Educação, podemos evidenciar alguns importantes resultados, a partir, dos dados desse indicador.

O primeiro resultado considerado é que **a taxa de reprovação no ensino médio brasileiro está aumentando anualmente**. Essa constatação nos faz pensar sobre as seguintes questões: o país está regredindo na educação dos jovens? Os alunos do ensino médio aprendem menos hoje e, por isso, são mais retidos? Na verdade, a reprovação é resultado de uma conjunção de fatores nem sempre negativa, embora longe de ser positiva. Para, o Governo Federal a saída para melhorar a educação brasileira é universalizar o ensino e manter os jovens por mais tempo na escola (tempo integral). O problema é que, ainda que permaneçam mais tempo na escola, alguns desses jovens nem sempre, salvo exceções, param de estudar na conclusão do ensino médio, enquanto, outros desistem na metade do ensino superior.

O segundo resultado é que **as estatísticas brasileiras ficaram mais confiáveis nos últimos anos**. Os números atuais são mais precisos o que facilita as comparações. Os instrumentos de avaliação estão melhorando e geram resultados mais confiáveis. Esses índices devem melhorar nos próximos anos, até que a precisão das pesquisas aumente e que os cadastros com informações e dados sejam preenchidos corretamente pelas redes.

O terceiro resultado é que **as políticas voltadas para o ensino médio são recentes no Brasil**, já que essa etapa só entrou na agenda pública federal na segunda metade da década de 1990, com a criação do FUNDEB. Nesse sentido, podemos evidenciar alguns pontos, tais como: na medida em que o ensino fundamental se tornou prioridade, as taxas de evasão e reprovação foram declinando; as políticas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) têm sido focadas justamente nas regiões mais carentes do país, pois, a maior parte dos concluintes do ensino médio nessas áreas são os primeiros na família a se graduar nessa etapa e o certificado de conclusão do ensino médio é condição necessária para vários empregos, mas, não representa mais uma garantia sequer de trabalho, é necessário ter no mínimo um certificado de graduação em algum curso do ensino superior para conseguir uma melhor oportunidade no competitivo mercado de trabalho.

O quarto resultado a ser considerado é **a conexão entre o conteúdo escolar e a vida dos jovens**. Podemos dizer que, a educação precisa acompanhar as mudanças da sociedade para não afastar os alunos e nisso o ensino médio tem de estar articulado aos projetos de vida dos estudantes. É necessário tornar a escola mais interessante para o jovem, relacionando seus conteúdos à sua realidade. Isso pode ser observado em diversas iniciativas pelo Brasil. Nesse sentido, o Governo Federal criou o Programa Ensino Médio Inovador, que estimula mudanças no currículo escolar oferecendo atividades diferenciadas, que atraiam os alunos dentro da escola.

O quinto resultado a ser considerado é **o aumento no número de vagas por turma**. Não podemos pensar que, por serem alunos mais velhos, temos que lotar as salas de aula. Logo, as condições para trabalhar com esses alunos se tornam precárias, pois, na verdade, é praticamente impossível atender com qualidade mais de 40 pessoas simultaneamente, pois, o máximo deveria ser 20 alunos por turma. A cultura de reprovação que ainda persiste no país também pesa nesse quadro.

O sexto resultado a ser considerado é **a evasão escolar**. Desestimulado por ver seus colegas progredirem, por rever conteúdos e ter sua saída da escola adiada, muitos param de ir à aula, enquanto outros persistem e fazem parte do fenômeno "distorção idade-série", resultado de múltiplas repetências. Cerca de 10% da população entre 15 e 17 anos que está na escola ainda cursa o ensino fundamental, e por isso já ingressam no ensino médio com a idade distorcida em relação à série. Isso cria uma disposição dentro do aluno de que ele não é capaz. E cria no próprio professor uma expectativa de que aquele jovem é alguém que não aprende. Ainda que existam caminhos comuns para muitos desafios dessa etapa, as respostas para diversos problemas nem sempre são universais e devem ser buscadas pelas redes de ensino com base em seu contexto político, econômico e social. Sendo assim, é necessário que as redes pesquisem as causas da reprovação e façam um diagnóstico dos problemas locais para criar políticas públicas adequadas que podem não ser tão eficientes em outro município ou estado.

Desse modo, é necessário criar um projeto consistente das redes públicas de educação, para que o ensino médio seja utilizado no projeto político-pedagógico das escolas e ofereça condições para ser colocado em prática, pois, deveria ser pensado como algo próprio para os adolescentes, com infraestrutura adaptada e organização do espaço e das atividades de acordo com a faixa etária deles e já se preparando para os exames seletivos que garantem vagas as universidades. O maior desafio seria reestruturar o ensino médio, pois, é possível diminuir a

reprovação com medidas pragmáticas, mas, sem mudanças mais profundas, o problema da deficiência de aprendizado continuará.

CAPÍTULO II - SISTEMAS DE ENSINO E MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

Nesse capítulo destacaremos a situação das escolas pernambucanas, evidenciando o processo de construção voltado para a educação no período entre 2004 e 2012. Vamos expor, de igual modo, as políticas públicas direcionadas à educação básica, mostrando os resultados dos programas em evidência. Em seguida, fazemos uma explanação comparativa entre a Escola Tomé Francisco em Quixaba (ensino regular) e a EREMT, em Timbaúba (ensino integral), levando em conta os resultados do principal indicador de avaliação educacional de Pernambuco, o IDEPE. Apresentamos ainda as principais ações voltadas ao ensino regular e integral, considerando as escalas nacional e estadual. Destacamos os principais instrumentos de avaliação utilizados para classificação das escolas no ranking estadual e nacional.

2.1 Escola, ensino e avaliação no Estado de Pernambuco

Podemos dizer que, as escolas da Rede Estadual de Educação de Pernambuco trabalham com metas e resultados e no final de cada ano precisam apresentar melhorias em seu índices. As taxas de abandono, repetência, assim como indicadores que afetam a qualidade da aprendizagem dos alunos, estão sendo acompanhadas de perto pela Secretaria de Educação do Estado. Ao final de cada de ano, todas as unidades são submetidas a uma avaliação externa, o SAEPE, que irá medir a aprendizagem dos estudantes e constatar se a escola realmente cumpriu o seu objetivo.

Com esse modelo de gestão, o Governo do Estado visa elevar os seus indicadores educacionais, sobretudo, o IDEB. Para isso, a Secretaria de Educação redefiniu as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação, através do PDE e do Compromisso Todos Pela Educação, e se propõe a chegar em 2021 com a média 6,0 nesse indicador em todas as modalidades de ensino. O MEC colocou como meta pernambucana 5,4 para o ensino fundamental I e 5,8 para o ensino fundamental II e o ensino médio. Desse modo, podemos avaliar a educação estadual pernambucana, através de alguns indicadores.

As unidades de ensino vinculadas a Rede Estadual de Ensino de Pernambuco estão distribuídas em três modelos de ensino. A regular (694 unidades- ensino fundamental e médio), a de referência ou EREMs (217 unidades- ensino médio) e a técnico ou ETEs (16 unidades- ensino médio) que se espalham pelas 17 GRES do Litoral ao Sertão do Estado. Até

o final de 2014, o Governo do Estado, pretende fechar com um total de 300 EREMs, pelo menos uma em cada município pernambucano, 30 ETEs, pelo menos uma por GRE e reformar várias escolas de ensino regular. Vejamos no Quadro 1 – Demonstrativo das escolas estaduais – geral abaixo, a atual distribuição geográfica das escolas estaduais de Pernambuco.

Quadro 1 – Demonstrativo das escolas em geral.

GRE	REGULAR	EREM	ETE	TOTAL
1-RECIFE NORTE	55	19	3	77
2-RECIFE SUL	76	17	2	95
3- METROP. NORTE	84	17	1	102
4-METROP. SUL	81	17	1	98
5-MATA NORTE	47	16	3	66
6-MATA CENTRO	30	9	1	40
7-MATA SUL	23	10	1	34
8-LITORAL SUL	11	6	---	17
9-VALE DO CAPIBARIBE	20	14	2	36
10-AGreste CENTRO NORTE	46	15	---	61
11-AGreste MERIDIONAL	33	19	---	52
12-SERTÃO DO MOXOTÓ/IPANEMA	39	11	1	51
13-SERTÃO DO ALTO PAJEÚ	30	14	1	45
14-SERTÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	20	6	---	26
15-SERTÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO	54	11	---	65
16-SERTÃO CENTRAL	20	8	---	28
17-SERTÃO DO ARARIPE	25	8	---	33
TOTAL	694	217	16	927

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2012.

A partir desse momento convém caracterizarmos os modelos de ensino, as escolas e os processos avaliativos que as envolve, considerando a realidade pernambucana.

2.1.1 Escola regular e os resultados dos processos avaliativos

Como vimos no quadro anterior, a Rede Estadual de Ensino dispõe de 694 unidades de ensino regular, distribuídas nas 17 regionais, ou seja, uma média de 41 escolas por regional e uma delas é a Escola Referência Brasil 2012, localizada na GRE Sertão do Alto Pajeú, regional esta que compreende 30 unidades de ensino, distribuídas em 17 municípios, ou seja, uma média de quase duas escolas por município.

No entanto, em decorrência das dificuldades apresentadas durante o ano de 2012, realizamos uma nova pesquisa, visando à preparação do Relatório de Qualificação,

apresentado, em janeiro de 2013. Sendo assim, se fez necessário relatar os resultados positivos da **Escola Estadual Tomé Francisco da Silva**, fundada em 1962.

A escola está localizada na Rua José Francisco Nunes, nº 1.048, distrito de Lagoa da Cruz (zona rural de Quixaba), no Sertão Pernambucano e, dessa forma, analisamos a possibilidade de incluí-los em nossa discussão, por conta, do destaque a nível nacional em termos de gestão escolar, servindo de parâmetro não só para Pernambuco, mas, para o país. Além disso, a escola vem se destacando em termos de indicadores educacionais, a nível estadual, regional e nacional nos três níveis de ensino (infantil, fundamental e médio), mesmo sendo uma escola de ensino regular.

Nesse sentido, apresentamos o Quadro II, **demonstrativo do IDEPE, com os resultados das escolas públicas estaduais nos últimos cinco anos (2008-2012)**, observando o grande rendimento da escola em questão, no que se refere ao ensino médio e através dos números apresentados pelo indicador educacional podemos comparar os resultados da Tomé Francisco com outras escolas de ensino regular, de ensino técnico e de referência, no ensino médio.

Quadro 2 - Demonstrativo do IDEPE (escolas da rede estadual em geral- (2008 a 2012).

IDEPE (%)	2008	2009	2010	2011	2012
1 ^a	EREM PROF. ADAUTO CARVALHO (SERRA TALHADA-GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,44	ESCOLA DE APLICAÇÃO PROF. CHAVES (NAZARÉ DA MATA- GRE MATA NORTE)- 6,44	ESCOLA DE APLICAÇÃO PROF. CHAVES (NAZARÉ DA MATA- GRE MATA NORTE)- 5,80	EREM ARNALDO ASSUNÇÃO (CARUARU-AGreste CENTRO NORTE)- 5,70	ESCOLA DE APLICAÇÃO PROF. CHAVES (NAZARÉ DA MATA- GRE MATA NORTE)- 6,18
2 ^a	EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO (SANTO AMARO-GRE RECIFE NORTE)- 5,12	EREM PROF. ADAUTO CARVALHO (SERRA TALHADA-GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,55	ESCOLA DE APLICAÇÃO PROF. ^a IVONITA ALVES GUERRA (GARANHUNS- GRE AGRESTE MERIDIONAL)- 5,60	ESCOLA DE APLICAÇÃO PROF. ^a IVONITA ALVES GUERRA (GARANHUNS- GRE AGRESTE MERIDIONAL)- 5,66	ESCOLA DE APLICAÇÃO DO RECIFECAP/UPE (RECIFE- GRE RECIFE SUL)- 5,93
3 ^a	EREM DE TIMBAÚBA (TIMBAÚBA- GRE MATA NORTE)- 5,02	TOMÉ FRANCISCO DA SILVA (QUIXABA- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,54	EREM MARIA VIEIRA MULITERNO (ABREU E LIMA-GRE METROPOLITANA NORTE)- 5,39	EREM LUIZ ALVES DA SILVA (SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE- GRE AGRESTE CENTRO NORTE)- 5,57	ESCOLA DE APLICAÇÃO PROF ^a IVONITA ALVES GUERRA (GARANHUNS- GRE AGRESTE MERIDIONAL)- 5,81
4 ^a	EREM DE GARANHUNS (GARANHUNS- GRE AGRESTE MERIDIONAL)- 4,99	EREM DE SALGUEIRO (SALGUEIRO- GRE SERTÃO CENTRAL)- 5,36	EREM ARNALDO ASSUNÇÃO (CARUARU-AGreste CENTRO NORTE)- 5,39	ESCOLA DE APLICAÇÃO PROF. CHAVES (NAZARÉ DA MATA- GRE MATA NORTE)- 5,52	ETE CÍCERO DIAS (RECIFE- RECIFE SUL)- 5,79
5 ^a	EREM DE BEZERROS (BEZERROS- GRE MATA CENTRO)- 4,97	EREM JOSIAS INOJOSA DE OLIVEIRA (ARARIPINA- GRE SERTÃO DO ARARIPE)- 5,27	TOMÉ FRANCISCO DA SILVA (QUIXABA- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,15	EREM DE BEZERROS (BEZERROS- GRE MATA CENTRO)- 5,45	EREM DE SALGUEIRO (SALGUEIRO- SERTÃO CENTRAL)- 5,64
6 ^a	EREM CÍCERO DIAS (BOA VIAGEM- GRE RECIFE SUL)- 4,97	EREM DE ARCOVERDE- GRE SERTÃO DO MOXOTÓ/IPANEMA)- 5,25	EREM DE BEZERROS (BEZERROS- GRE MATA CENTRO)- 5,14	EREM DE TIMBAÚBA (TIMBAÚBA- GRE MATA NORTE)- 5,38	EREM DE BEZERROS (BEZERROS- GRE MATA CENTRO)- 5,39
7 ^a	EREM DE PALMARES (PALMARES- GRE MATA SUL)- 4,80	EREM DE TIMBAÚBA (TIMBAÚBA- GRE MATA NORTE)- 5,20	EREM CLEMENTINO COELHO (PETROLINA-SERTÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO)- 5,04	EREM PROF. ADAUTO CARVALHO (SERRA TALHADA-GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,36	EREM ARNALDO ASSUNÇÃO (CARUARU- GRE AGRESTE CENTRO NORTE)- 5,38
8 ^a	EREM DE ARCOVERDE (ARCOVERDE- GRE SERTÃO DO MOXOTÓ/IPANEMA)- 4,70	EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO (SANTO AMARO-RECIFE NORTE)- 5,18	EREM DE TIMBAÚBA (TIMBAÚBA- GRE MATA NORTE)- 4,96	EREM PROF. ^a BENEDITA DE MORAIS (MACAPARANA-GRE MATA NORTE)- 5,35	ETE MIGUEL ARRAES ALENCAR (TIMBAÚBA- MATA NORTE)- 5,37
9 ^a	EREM MARIA VIEIRA MULITERNO (ABREU E LIMA-GRE METROPOLITANA NORTE)- 4,65	EREM CLEMENTINO COELHO (PETROLINA-SERTÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO)- 5,17	EREM SILVA JARDIM (MONTEIRO- GRE RECIFE NORTE)- 4,96	EREM ALFREDO DE CARVALHO (TRIUNFO- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,35	TOMÉ FRANCISCO DA SILVA (QUIXABA- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,32
10 ^a	TOMÉ FRANCISCO DA SILVA (QUIXABA- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 4,62	EREM NÓBREGA (ENCRUZILHADA-GRE RECIFE NORTE)- 5,15	EREM PROF. ADAUTO CARVALHO (SERRA TALHADA-GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 4,96	EREM DE PANELAS (PANELAS- GRE AGRESTE CENTRO NORTE)- 5,26	EREM DE TIMBAÚBA (TIMBAÚBA- GRE MATA NORTE)- 5,30

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2013.

Observando os dados do IDEPE 2008, a Tomé Francisco foi a única escola de ensino regular que figurou entre as dez melhores escolas do Estado, pois, as outras nove escolas foram de referência ou de tempo integral. As dez escolas foram distribuídas em nove regionais, num total de dezessete. A localização geográfica desse grupo de escolas foi a seguinte: três na Região Metropolitana; três na Zona da Mata; uma no Agreste e três no Sertão, principalmente, duas escolas da GRE Sertão do Alto Pajeú: a Tomé Francisco, localizada em Quixaba e a melhor escola estadual desse ano, a EREM Prof. Adauto Carvalho, localizada em Serra Talhada, ou seja, a distribuição espacial das escolas em destaque foi bem equilibrada, exceto, a região agrestina que foi representada pela EREM de Garanhuns.

No IDEPE 2009, a Tomé Francisco subiu sete posições entre as dez melhores escolas estaduais, ficando em 3º lugar e ao lado da melhor instituição desse ano, a Escola de Aplicação Prof. Chaves, localizada em Nazaré da Mata, foram as duas únicas escolas de ensino regular presentes nessa lista, pois, as outras oito foram escolas de referência. Vale ressaltar que nesse ano, a escola ficou em 2º lugar no Prêmio Referência Brasil Gestão Escolar. As dez escolas foram distribuídas em sete regionais. A localização geográfica desse grupo de escolas foi a seguinte: duas na Região Metropolitana; duas na Zona da Mata e seis no Sertão, região esta que dominou amplamente nesse ano. Nesse ano, nenhuma escola do Agreste esteve presente nessa lista, isso foi motivo de preocupação para a Secretaria de Educação. No entanto, por outro lado, foi motivo de orgulho o crescimento das escolas sertanejas, de acordo, com os dados desse indicador educacional.

No IDEPE 2010, a Tomé Francisco caiu duas posições entre as dez melhores escolas estaduais, ficando em 5º lugar e, além dela, duas escolas de ensino regular, fizeram parte da lista, a Escola de Aplicação Prof. Chaves, localizada em Nazaré da Mata, e a Escola de Aplicação Profª Ivonita Alves Guerra, localizada em Garanhuns, primeira e segunda colocadas, respectivamente, ou seja, foram três escolas de ensino regular bem pontuadas, enquanto que as outras sete foram escolas de referência. As dez escolas foram distribuídas em oito regionais. A localização geográfica desse grupo de escolas foi a seguinte: duas na Região Metropolitana; três na Zona da Mata; duas no Agreste e duas no Sertão. Após dois anos, houve um equilíbrio regional e um fato que a ser considerado e que as escolas de aplicação (ensino regular) vem liderando a lista anual, pois, o que o Governo do Estado, estima através da Secretaria de Educação, é que o topo das escolas seja ocupado pelas escolas de referência, instituições estas que recebem um maior apoio financeiro.

No IDEPE 2011, a Tomé Francisco caiu quinze posições e ficou fora do *ranking* das dez melhores escolas estaduais, ficando em 17º lugar, apresentando um rendimento muito abaixo do esperado, embora tenha sido a 3ª melhor escola de ensino regular do Estado. No entanto, na lista principal, aparecem as duas escolas de ensino regular que figuraram no ano anterior, a Escola de Aplicação Profª Ivonita Alves Guerra (2º lugar) e a Escola de Aplicação Prof. Chaves (4º lugar), enquanto que as outras oito foram escolas de referência. As dez escolas foram distribuídas em cinco regionais. A localização geográfica desse grupo de escolas é a seguinte: quatro na Zona da Mata; quatro no Agreste e duas no Sertão, região esta que dominou amplamente nesse ano. Nesse ano, a decepção ficou por conta da Região Metropolitana do Recife, pois, nenhuma escola dessa região figurou entre as dez melhores, enquanto, que a Zona da Mata e o Agreste dominou amplamente a lista, inclusive nessa última região, apresentou a EREM Arnaldo Assunção, de Caruaru, como a melhor escola estadual.

No IDEPE 2012, a Tomé Francisco subiu oito posições e retornando ao ranking das dez melhores escolas estaduais, ficando em 9º lugar, apresentando um rendimento ainda abaixo do esperado, embora tenha apresentado um crescimento de 0,29 em sua nota, mesmo sendo eleita a melhor escola do país, em gestão escolar e a 4ª melhor escola de ensino regular do Estado e, ainda, foi a escola vencedora do Prêmio Referência Brasil Gestão Escolar. Nesse ano, podemos citar um fato curioso, em relação à lista principal, pois, as três primeiras posições foram ocupadas por escolas de aplicação, que estão em crescimento, desde 2009, figuraram nesse honroso *ranking*, são elas: Prof. Chaves (1º lugar- 2009, 2010 e 2012), Profª Ivonita Alves Guerra (2º lugar- 2010 e 2011 e 3º lugar- 2012) e a de Recife FCAP/UPE (3º lugar- 2012).

Além disso, outra novidade, a presença de duas escolas técnicas estaduais na lista principal: Cícero Dias (4º lugar) e a Miguel Arraes (8º lugar), enquanto que as outras três foram escolas de referência, que vem perdendo espaço anualmente para algumas escolas de ensino regular e técnicas, no *ranking* das melhores do Estado. As dez escolas foram distribuídas em cinco regionais. A localização geográfica desse grupo de escolas é a seguinte: duas na Região Metropolitana do Recife; quatro na Zona da Mata, região esta que dominou nesse ano, apesar do equilíbrio; duas no Agreste e duas no Sertão. Vale ressaltar que, a Zona da Mata voltou ao topo da lista, apresentando a Escola de Aplicação Prof. Chaves, de Nazaré da Mata, como a melhor escola estadual.

No quadro abaixo, segundo os dados do IDEPE, revelados através da Secretaria de Educação, observa-se que a situação da Escola Tomé Francisco, levando em conta o ranking

das melhores escolas estaduais, foi a seguinte: a melhor escola de Quixaba, considerando apenas duas escolas estaduais na cidade, a outra é a EREM Solidônio Pereira de Carvalho; está entre as três melhores escolas da regional, as outras duas foram: a EREM Prof. Adauto Carvalho (Serra Talhada) e a EREM Alfredo de Carvalho (Triunfo); está entre as quatro melhores escolas estaduais de ensino regular, ao lado das escolas de aplicação, Profº Chaves (Nazaré da Mata), Profª Ivonita Alves Guerra (Garanhuns) e a da FCAP/UPE (Recife). No Quadro 3 – Demonstrativo do IDEPE (Posição da Escola Tomé Francisco em relação às outras escolas de 2008 a 2012) - abaixo, segundo os dados do IDEPE, revelados através da Secretaria de Educação, observa-se que a situação da Escola Tomé Francisco, levando em conta o ranking das melhores escolas estaduais, foi a seguinte: a melhor escola de Quixaba, considerando apenas duas escolas estaduais na cidade, a outra é a EREM Solidônio Pereira de Carvalho; está entre as três melhores escolas da regional, as outras duas foram: a EREM Prof. Adauto Carvalho (Serra Talhada) e a EREM Alfredo de Carvalho (Triunfo); está entre as quatro melhores escolas estaduais de ensino regular, ao lado das escolas de aplicação, Profº Chaves (Nazaré da Mata), Profª Ivonita Alves Guerra (Garanhuns) e a da FCAP/UPE (Recife).

Quadro 3 – Demonstrativo do IDEPE (posição da escola Tomé Francisco em relação às outras escolas de 2008 a 2012)

IDEPE (%)	2008	2009	2010	2011	2012
QUIXABA	1º- 4,62	1º- 5,54	1º- 5,15	1º- 5,03	1º- 5,32
SERTÃO DO ALTO PAJEÚ	2º	2º	1º	3º	1º
PERNAMBUCO	10º	3º	5º	17º	9º
ESCOLAS REGULARES	1º	2º	3º	3º	4º

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2013.

Não podemos esquecer que, a Tomé Francisco é a única escola de ensino regular do Estado, sem ser de aplicação que se coloca anualmente entre as dez melhores, exceto, 2011. Vale destacar que o modelo de ensino médio não é integral, modelo em que o aluno passa mais tempo na escola. A Tomé Francisco mesmo atendendo os alunos em apenas um turno, procura oferecer reforço no contraturno para que os alunos consigam vencer as suas dificuldades.

Investimento em planejamento coletivo, atividades pedagógica sem consonância com os descritores do SAEPE, presença efetiva da coordenação pedagógica e da gestão, reforço no contraturno e 100% de aproveitamento do tempo escolar foram fatores decisivos para alcançar esses resultados.

Além desse belo desempenho, a escola também vem se destacando no Prêmio Gestão Escolar, que foi criado, em 1998, para melhorar a gestão e a qualidade do ensino, pois, destaca-se como um dos mais relevantes instrumentos de mobilização e autoavaliação das escolas públicas brasileiras.

Visa contribuir para que as escolas passem a incorporar uma cultura de autoavaliação de seu processo de gestão, bem como destacar e disseminar as experiências escolares exitosas. Dessa forma, tem servido como instrumento de sensibilização, motivação e orientação para o avanço da gestão escolar, sobretudo na melhoria dos níveis de aproveitamento dos estudantes.

É uma realização conjunta do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Ministério da Educação (MEC), da Fundação Roberto Marinho (FRM), da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, do Instituto Razão Social, do Grupo Gol, do Todos Pela Educação, da Fundação Itaú Social, da Gerdau e do Movimento Brasil Competitivo. O Prêmio está disposto às escolas de educação básica em todos os níveis de ensino básico das redes públicas de todo o país, que realizem o processo de autoavaliação, respeitando as orientações do regulamento.

São concedidas placas e certificados para cada escola “Destaque Regional”, como também premiação em dinheiro: 7.000,00 (sete mil reais) para a escola “Destaque Estadual” e 4.000,00 (quatro mil reais) para as demais escolas “Destques Regionais”, no âmbito estadual. No nacional, são concedidos os diplomas “Escola Destaque Estadual/Distrital” (escola indicada por cada comitê estadual/distrital), “Escola Destaque Nacional” (seis escolas finalistas) e “Escola Referência Brasil” (a melhor escola entre as seis). Além dos diplomas mencionados, é concedida também premiação em dinheiro: 30.000,00 (trinta mil reais) para a Escola Referência Brasil; 10.000,00 (dez mil reais) para cada uma das escolas “Destaque Nacional” e 6.000,00 (seis mil reais) para cada escola indicada como “Destaque Estadual/Distrital” que não estiver entre as seis finalistas. Os diretores das escolas “Destaque Estadual/Distrital” recebem uma viagem de intercâmbio de experiências no Brasil ou exterior.

O Estado de Pernambuco que participa desde 1999, foi o que mais registrou escolas vencedoras do Prêmio Destaque Brasil (cinco vezes) com as escolas: Profª Jandira de Andrade (Limoeiro), em 2003; Severino Farias (Surubim), em 2004; Luiz Gonzaga Duarte (Araripina), em 2005, Colégio Normal (Afogados de Ingazeira), em 2007 e a Tomé Francisco (Quixaba), em 2012. Veja no Quadro 4- Demonstrativo do prêmio destaque Brasil - Gestão Escolar - abaixo, com todas as escolas vencedoras dessa premiação.

Quadro 4 - Demonstrativo do Prêmio Destaque Brasil- gestão escolar - escolas vencedoras (1999-2012)

ANO	ESCOLA	CIDADE	ESTADO	REDE DE ENSINO	NÍVEIS DE ENSINO
1999	Paulo Freire	Iguatemi	Mato Grosso do Sul	Estadual	Infantil e fundamental
2000	Martins Napoleão	Teresina	Piauí	Estadual	Infantil e fundamental
2001	Centro de Ensino Maria Helena Duarte	São Luis	Maranhão	Privada	Fundamental e médio
2002	Parque Piratinha	Itaquaquecetuba	São Paulo	Estadual	Fundamental e médio
2003	Prof.^a Jandira de Andrade Lima	Limoeiro	Pernambuco	Estadual	Fundamental e médio
2004	Severino Farias	Surubim	Pernambuco	Estadual	Fundamental e médio
2005	Luiz Gonzaga Duarte	Araripina	Pernambuco	Estadual	Fundamental e médio
2006	Melquíades Vilar	Taperoá	Paraíba	Estadual	Fundamental e médio
2007	ColégioNormal	Afogados de Ingazeira	Pernambuco	Estadual	Fundamental e médio
2008	Manoel Martins	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Municipal	Infantil
2009	Colégio Casa Jovem	Igrapiúna	Bahia	Estadual	Fundamental e médio
2010	Presidente Costa e Silva	Gurupi	Tocantins	Estadual	Infantil e fundamental
2011	José Pontes de Oliveira	Bela Vista	Goiás	Estadual	Fundamental e médio
2012	Tomé Francisco da Silva	Quixaba	Pernambuco	Estadual	Fundamental e médio

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2013.

Atualmente, em Pernambuco, é uma das escolas de ensino regular que apresenta totais condições em disputar com as melhores instituições públicas do país, pois, é uma instituição vencedora em tudo que disputa. É uma escola que respira títulos importantes o ano inteiro,

pois, é uma unidade que chama atenção entre as vencedoras de competições escolares por ser uma instituição localizada na zona rural sertaneja e sempre subir no lugar mais alto do pódio, a nível estadual, regional e nacional a frente das mais renomadas escolas públicas e privadas do país.

Isso mostra que com a união de todos que fazem parte da escola, a educação avança, pois, é necessário em primeiro lugar gostar daquilo que você faz, não importa o lugar, o que vale é a disposição de vencer. “Isso é fruto do trabalho árduo ao longo dos anos de toda nossa equipe”, comentou o gestor Ivan Nunes. Para termos idéia dessas conquistas, citamos o ex-aluno João Lucas Gambarra que disputou a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) foi premiado em sete oportunidades, vencendo cinco vezes.

No entanto, a escola não possui grandes vencedores nessas competições à toa, pois, durante a semana, um grupo de alunos (monitores das disciplinas por série, principalmente português e matemática) do ensino médio e do 8º e 9º Ano do ensino fundamental dão aulas como voluntários de reforço aos colegas que estão com dificuldades de aprendizagem nas disciplinas oferecidas no contraturno. Essa iniciativa foi batizada de **Reforço Amigo** e vem logrando êxito ao longo dos anos, sendo esse um dos principais motivos pelos quais a escola se orgulha em ser considerada referência nacional. Vale ressaltar que os monitores são indicados pelos professores por seus rendimentos nas disciplinas e a facilidade de comunicação se reúnem semanalmente com a coordenação pedagógica definindo o planejamento das atividades a serem realizadas e cada monitor fica responsável por um grupo de 15 alunos.

Existe, por parte da comunidade local e do Governo do Estado, uma percepção positiva da instituição, reconhecida como “escola modelo”, ou como “melhor escola pública” da cidade, do Estado e do Brasil, em termos de gestão escolar, em 2012, é bom lembrar que, em 2009, foi eleita a 2ª melhor escola pública do país, reputação esta conquistada ao longo de sua história como uma instituição que sempre se destaca entre outras, principalmente, nas competições escolares e por seu papel dinâmico, pois, é vista anualmente nos indicadores educacionais, tais como: IDEB, SAEB, IDEPE e SAEPE. Esta avaliação superficial construída e sustentada nos discursos da comunidade escolar é confirmada por toda a comunidade escolar que, no entanto, apontam uma aproximação muito grande dos pais da realidade escolar; característica marcante que reforça o título de “escola modelo”, título esse que valoriza não só a cidade de Quixaba, como também, a região, a GRE do Sertão do Alto Pajeú e, logicamente, o Estado de Pernambuco

2.1.2 Caracterizando uma escola integral em Pernambuco

Tivemos o primeiro contato com a escola pública de ensino integral da rede estadual, em dezembro de 2011. Na ocasião, escolhemos uma das principais instituições desse modelo de ensino na rede e que tinha destaque a nível estadual. A instituição escolhida para nossa pesquisa foi a **Escola de Referência de Ensino Médio de Timbaúba (EREMT)**, fundada em 2004. Está localizada na Rua Manoel Xavier de Andrade, s/nº, Timbaúba. Inserida na Zona da Mata Pernambucana, é considerada pela Secretaria de Educação, como um ponto referencial da educação na região da Mata Norte. Atualmente, segundo os dados do IDEPE, é a principal escola da cidade; a 2ª melhor da região; a 8ª melhor estadual no ensino médio e a 4ª melhor entre as escolas de referência. Atende alunos da zona rural e urbana de Timbaúba, Ferreiros e Camutanga, e sua clientela atinge diferentes níveis sociais principalmente, discentes provenientes de tradicionais escolas privadas. É o antigo Centro de Ensino Experimental de Timbaúba (CEET), pois, ela é considerada ponto referencial da educação integral em sua região e por ser uma das dez melhores escolas do Estado, segundo os dados do IDEPE.

Nas escolas de referência em ensino médio, não há a problemática da rotatividade de professores, ausências constantes ou professores substitutos que normalmente encontramos nas escolas de ensino regular, pois, todos os professores que lecionam nessas instituições fazem parte do quadro efetivo. A equipe gestora (gestor e adjunta), apesar de muito ocupada, se interessou em conhecer a nossa proposta de pesquisa, mesmo informando que os professores já possuem atividades-extras demais, principalmente, por conta, da pesada carga horária semanal, o que é de fato uma realidade, além disso, a maioria leciona em escolas municipais e/ou estaduais durante à noite, ou seja, quando possuem dois vínculos efetivos.

No entanto, evidenciamos alguns problemas relacionados à escola, dentre os quais podemos citar que: a) as salas de aulas são pequenas para a quantidade de alunos (média de 50 alunos por turma), embora, sejam climatizadas; b) os alunos são privados de utilizar aparelhos eletrônicos, embora haja uma contradição, eles utilizam os computadores do laboratório de informática (turmas do 1º Ano) e os tablets cedidos pelo Governo do Estado que são conectados a Internet (turmas do 2º e 3º Anos);c) a relação da escola com a família do aluno existe, mas, é bastante restrita no período das aulas, pois, a escola se responsabiliza com o mesmo das 7h-17h, salvo casos graves;d) nesse sistema, o aluno não pode ser reprovado, sob pena de transferência e o professor não pode se licenciar, pois, automaticamente fica fora do mesmo;e) a sobrecarga de trabalho dos professores (30 aulas/semanais) e as exigências da

formação profissional do aluno; f) o modelo exige que o professor siga a risca o que está pré-determinado para cada ano, principalmente, os assuntos que supostamente possam cair no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e nos processos seletivos das universidades; entre outros.

A EREMT é uma instituição educacional integrante do Projeto Mais Educação⁸ do Governo Federal, programa que possibilita o aprimoramento e o fortalecimento da educação da cidade e da região, dos seus trabalhos administrativos e pedagógicos, contando com professores qualificados, a maioria com pós-graduação. A escola tem suas bases pedagógicas pautadas na Constituição Federal; LDB; PCNs; matrizes curriculares e nos quatro pilares fundamentais da educação: aprender a conhecer aprender a fazer, aprender a viver com outros e aprender a ser. Conta hoje com 22 salas de aula, 20 professores, 650 alunos e está organizada em dois turnos, distribuída em 12 turmas de ensino médio. A escola é formada por uma equipe técnica de 04 coordenadores e 02 supervisores e tinha como gestor o Prof. Antonio José Barboza dos Santos (in memorian). Também conta com o apoio dos gestores adjuntos e da secretária Fabiana Abreu.

Os Centros de Ensino Experimental (CEEs⁹) foram idealizados pelo Presidente da Phillips no Brasil e principal liderança do ICE¹⁰ (Instituto Co-Responsabilidade pela Educação), Marcos Magalhães que promoveu a recuperação do Ginásio Pernambucano, no Recife, no qual foi aluno, em parceria com várias empresas, em 2004. Este é um projeto criado por um grupo de empresários e educadores e realizado em parceria com o Governo do Estado.

⁸Foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

⁹Surgem através de uma reforma urgente no Ginásio Pernambucano, no Recife, tendo como objetivo formar o jovem autônomo, solidário e competente. Nesse modelo, educar é desenvolver no ser humano quatro competências básicas: pessoal, social, produtiva e cognitiva. Tem como base o protagonismo juvenil que é a atuação de adolescentes e jovens, através de uma participação construtiva, reconhecendo-os não como problema, mas, sim como solução.

¹⁰Instituição privada sem fins lucrativos, cuja missão é mobilizar a sociedade em geral e, em particular, a classe empresarial, segundo a ética da co-responsabilidade, a fim de produzir soluções educacionais inovadoras e replicáveis em conteúdo, método e gestão. Tudo isso objetiva uma nova forma de ser, sentir e cuidar da juventude, contribuindo para a formação de jovens autônomos, solidários e competentes. Consiste na criação de escolas com a oferta em tempo integral que destinam ao aluno muito mais que as aulas que constam no currículo escolar.

Desse modo, Magalhães (2008) exalta um novo modelo de escola, na verdade é o idealizador do sistema, em Pernambuco e em outros estados brasileiros, voltado para os alunos do ensino médio constituindo um novo olhar com relação a educação proporcionando a juventude pernambucana os caminhos para atingir novos horizontes. O autor se utiliza de imagens e da história oral, ou seja, relatos de experiência para realizar sua pesquisa, pois, através das entrevistas com professores, gestores, alunos e colaboradores concluíram que era preciso introduzir uma nova ideia de educação no seio da sociedade brasileira. Além disso, critica a falta de atenção dada pelos governantes à educação básica, denominado pelo mesmo de “apagão da educação pública”, se referindo ao modelo de ensino regular arcaico posto há décadas no país, necessitando de um projeto que modificasse essa realidade do ensino público.

A fórmula inclui atendimento ao aluno em tempo integral, treinamento e elevação salarial para os professores, premiação por resultados obtidos, aperfeiçoamento da gestão, controle social e integração comunitária, ou seja, uma escola com novo modelo pedagógico promovendo um ensino de qualidade. O Prof. Antônio Barboza fez parte do grupo de professores que lecionou nessas escolas e um ano depois assumiu a gestão de um centro.

Vale ressaltar que o ingresso dos alunos, advindos de escolas públicas, nesses centros era através de um processo seletivo submetidos às provas de Língua Portuguesa e Matemática. No dia 11/07/05, aconteceu um encontro com o Mendonça Filho (Vice-Governador), Marcos Magalhães, prefeitos, representantes das GEREs, secretários de educação dos municípios e gestores dos novos centros em que foi apresentado o projeto desse modelo de educação.

Após a aprovação do Decreto nº 28.438, de 04/10/05, foi criado o Centro de Ensino Experimental de Timbaúba (CEET), no qual foram designados como gestores o Prof. Antônio Barboza e Laudicéia Farias. Na formação continuada desses profissionais, teve como pauta trabalhos burocráticos elaborando o regimento e a proposta pedagógica dos centros, havendo encontro e entrevista dos gestores com Marcos Magalhães. A proposta pedagógica tinha como missão: contribuir para formação de indivíduos autônomos, solidários e produtivos atuando como uma instituição sócio-educacional irradiadora de uma nova proposta de conteúdo, metodologia e gestão no ensino médio, com uma visão de ser conhecido e reconhecido regional e nacionalmente como um centro referencial na formação dos jovens, na produção de materiais didáticos, processos de ensino e aprendizagem e gestão, voltados prioritariamente

para as redes públicas de ensino médio. Desse modo, a escola foi evoluindo com o passar dos anos nessas escalas.

Nesse sentido, Cavaliere (2002) baseia-se, de certa forma, na experiência baiana, se referindo ao Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), que era ambiciosa no que se referia à abrangência da formação integral. Buscava atender não apenas a função instrucional, mas, também aquelas outras funções sociais que a escola vinha incorporando historicamente. Tratava-se da ideia de que o tempo ampliado se posto a serviço não apenas da dinamização e intensificação das atividades de ensino-aprendizagem, mas, também da vivência de um conjunto de experiências definidas como culturais, esportivas e artísticas que possibilitam aos alunos das classes menos favorecidas.

A escolha dos professores inicialmente foi realizada através de uma seleção com os profissionais comprometidos com a causa do ensino público, experiência com ensino médio e que atendessem ao perfil do PROCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental). Na Mata Norte, por exemplo, foram selecionados 50 professores, sendo que as etapas do recrutamento foram: palestra de sensibilização com o Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa, defensor do protagonismo juvenil; análise de currículos; participação da jornada de plenivivência, em Palmares; avaliação escrita e entrevista. Para a seleção dos profissionais técnico-administrativo foi realizada a análise do currículo e entrevista.

As principais parcerias locais foram: Grupo da melhor idade, Luar de Prata; Projeto Jogando Bola; escolinhas de futsal e natação; Rádio FM Comunitária e o Grupo Schincariol, vinculado ao Grupo Marinaldo Rosendo, seu maior distribuidor no Brasil. Os principais colaboradores foram: Sesi (Serviço Social da Indústria), que doou os instrumentos para a banda marcial, Banco do Brasil e Socontel Assessoria Contábil.

Para entendermos melhor essa parceria entre Estado e as empresas privadas em prol da educação pernambucana, é necessário mencionar o Parecer CEE/PE nº 03/2004 que fala sobre o esclarecimento sobre a descaracterização institucional do Ginásio Pernambucano e a caracterização institucional do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano e apresentação do posicionamento do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, frente a esses fatos. O documento fala sobre o convênio de cooperação técnica e financeira nº 21/2003, celebrado entre o Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação-ICE, ao que parece, a nova denominação da Associação dos Parceiros do Novo Ginásio Pernambucano, e que assim define seu objeto:

O objetivo principal do presente convênio é a concepção, o planejamento e a execução em conjunto de ações no sentido da melhoria da oferta e qualidade do ensino público médio do Estado de Pernambuco, assegurando a efetividade desse dever do Estado no âmbito da rede pública, através do aporte de recursos técnicos, financeiros e materiais, públicos e privados, conjugados com ações comunitárias, observando os princípios constantes da Constituição da República e das leis específicas.

§ 1º. Para consecução do objetivo principal acima delineado e objetivando o desenvolvimento do ensino médio em Pernambuco, as partes convenientes se comprometem formalmente a contribuir de modo permanente e efetivo, na forma adiante especificada, para a Causa de um Ensino Médio de Qualidade, Público e Gratuito, com gestão de qualidade e eficiência sujeitas a aferição de resultados, mediante critérios objetivos previamente definidos e de conhecimento público.

§ 2º. Compreende-se como forma de contribuição a conjugação de recursos públicos e da iniciativa privada em ações práticas, efetivas e determinadas, em escolas da rede pública estadual, segundo princípios, normas ou planos pré-definidos neste convênio ou em seus termos complementares, tudo dentro do conceito de co-responsabilidade, com suas implicações de co-gestão.

As atribuições das partes estão tratadas na Cláusula Terceira do Convênio, assim:

Para a consecução das ações objeto do presente instrumento caberá às convenientes as seguintes atribuições, sob forma de co-responsabilidade:

I- Primeiro Convenente/SEDUC

Compete ao Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação e Cultura, diretamente, através de um órgão, ou unidade administrativa específica de gerenciamento a ser instituída ou designada, na forma prevista na Lei Complementar nº 49/2003 - Art. 16 - que deverá ter existência durante o tempo de execução do presente convênio:

- a) definir e tornar disponível de forma gradual sete pólos micro-regionais sempre escolhidos de comum acordo com o SEGUNDO CONENENTE/ICE após análises de conveniência, oportunidade, perspectivas de resultados e viabilidade de recursos a serem obtidos junto à comunidade, dentre outros, com a finalidade de neles implantar ou desenvolver "centros educacionais de excelência", segundo modelo cujos princípios básicos estarão previamente definidos, quanto a recursos - humanos, técnicos e materiais - e a ações a serem definidas;*
- b) oferecer as instalações físicas de unidades de ensino e o corpo técnico, necessário à implantação dos "centros";*

- c) *recrutar e ou selecionar os alunos, professores e pessoal de apoio que serão envolvidos na tarefa em cada um dos "centros", segundo critérios definidos em conjunto com o SEGUNDO CONVENENTE/ICE que garantam, conforme o caso, o acesso mediante requisitos prévios, objetivos e públicos, bem como a universalidade e gratuidade, preservando a obediência às leis e a compatibilidade com os objetivos do convênio;*
- d) *desenvolver, no exercício da co-responsabilidade e da co-gestão, em conjunto com o outro convenente, as demais ações que sejam previstas nos termos complementares ou se façam necessárias;*
- e) *expedir os instrumentos legais ou normativos que, a juízo das partes, sejam indispensáveis ou necessários ao desenvolvimento dos objetivos e atividades previstas no presente convênio.*

II -SEGUNDO CONVENENTE/ICE

- a) *prover recursos técnicos, materiais e financeiros necessários ou suplementares às atividades a serem desenvolvidas nos "centros";*
- b) *participar, em sistema de co-gestão e co-responsabilidade, dos órgãos de planejamento, gestão e avaliação das atividades desenvolvidas em razão do presente convênio em cada um dos pólos escolhidos;*
- c) *instituir e participar de instrumentos ou órgãos de auxílio, co-gestão, supervisão, fiscalização e controle, sem prejuízo dos demais controles legais ou institucionais, de molde a possibilitar o permanente acompanhamento das atividades, contribuindo e conferindo seu padrão de excelência e eficiência;*
- d) *mobilizar pessoas e empresas do setor privado com o objetivo de obter recursos necessários ao desenvolvimento das atividades previstas no presente convênio;*
- e) *estimular, a partir da experiência dos "centros", a participação eco-responsabilidade de pessoas, empresas e outras organizações da comunidade, nas ações relativas à causa do ensino médio público e gratuito, no Estado de Pernambuco.*

Com a Lei complementar nº 125, de 10/7/08, é criado o Programa de Educação Integral, passando do ensino experimental para o ensino de referência, ou seja, os Centros de Ensino Experimental (CEEs) se transformava em Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) se tornando uma política pública. Sendo assim, o CEET passa a se chamar EREMT que tem como objetivo principal desenvolver uma gestão participativa de co-responsabilidade

contribuindo para a formação de jovens autônomos, solidários e produtivos, atuando assim como espaço sócio-educacional irradiador de uma nova proposta de conteúdo, metodologia e gestão do ensino médio pernambucano e brasileiro. Com a implantação da EREM, para candidatar-se a uma vaga na escola, não foi mais necessário fazer seleção, desde que exista a vaga para a qual o aluno se matricule, normalmente, as vagas são mais difundidas nas turmas de 1º Ano.

Grande parte da comunidade local reconhece que a escola é uma das principais do Estado e há alguns anos, a melhor da cidade, segundo os dados do IDEPE. Desde 2004, é considerada uma instituição que se destaca anualmente por seu papel pioneiro no sistema integral na cidade. Referem-se ao aspecto físico da instituição, pois, seu prédio não é tão amplo, apesar da boa aparência externa em bom estado, mostrando que é bem administrado. A comunidade escolar aponta um certo distanciamento dos pais da realidade escolar; considerado ponto negativo, embora, ainda tenha muito prestígio perante a sociedade. Vejamos no Quadro 5- Demonstrativo do IDEPE (posição da EREMT em relação às outras escolas no período de 2008 a 2012) - abaixo alguns números expressivos do IDEPE, com relação ao rendimento da escola desde que surgiu o índice.

Quadro 5– Demonstrativo do IDEPE (posição da EREMT em relação às outras escolas no período de 2008 a 2012)

IDEPE (%)	2008	2009	2010	2011	2012
TIMBAÚBA	1º- 5,02	1º- 5,20	1º- 4,96	1º- 5,38	2º- 5,30
MATA NORTE	1º	2º	2º	2º	3º
PERNAMBUCO	7º	8º	9º	8º	10º
EREMs	4º	3º	5º	4º	4º

Fonte: Diário de Pernambuco, 2013.

De acordo com os números da pesquisa, em 2008, a escola foi a melhor da cidade superando a Jader de Andrade (2,17); a melhor da regional superando a EREM Dom Vieira (3,45) de Nazaré da Mata; a 7ª melhor estadual e a 4ª melhor entre as escolas de referência.

Em 2009, foi novamente a melhor da cidade superando a Jader de Andrade (2,83); a 2ª melhor da regional sendo superada pela Escola de Aplicação Prof. Chaves (6,44) de Nazaré da Mata; a 8ª melhor estadual e a 3ª melhor entre as escolas de referência.

Em 2010, continuou sendo a melhor da cidade superando novamente a Jader de Andrade (2,55); foi novamente a 2ª melhor da regional sendo superada mais uma vez pela

Escola de Aplicação Prof. Chaves (5,80) de Nazaré da Mata; a 9^a melhor estadual e foi a 5^a melhor entre as escolas de referência, lembrando que, nesse ano a média foi inferior aos outros anos, por isso, se deve a queda a nível estadual.

Em 2011, mais uma vez foi a melhor da cidade (5,38) superando outra vez a Jader de Andrade (2,61); foi mais uma vez a 2^a melhor da regional sendo superada pela Escola de Aplicação Prof. Chaves (5,52), situação repetida por três anos consecutivos; a 8^a melhor estadual e a 4^a melhor entre as escolas de referência.

Em 2012, perdeu a posição de melhor da cidade para a ETE Miguel Arraes (5,37), em atividade há três anos; foi a 3^a melhor da regional sendo superada também pela Escola de Aplicação Prof. Chaves (6,18), situação repetida por quatro anos consecutivos; a 10^a melhor estadual e a 4^a melhor entre as escolas de referência. Para termos uma ideia mais clara dessa realidade observaremos os dados do IDEPE relacionado apenas ao *ranking* das EREMs. Vejamos no Quadro 6- Demonstrativo do IDEPE (escolas de referência da rede estadual em geral de 2008 a 2012) – abaixo, o rendimento das principais escolas de ensino de referência em tempo integral da Rede de Educação do Estado, nas gerências regionais e a situação da Mata Norte perante as outras regionais, mediante os números.

Quadro 6 –Demonstrativo do IDEPE (escolas de referência da rede estadual em geral 2008 a 2012)

IDEPE (%)	2008	2009	2010	2011	2012
1 ^a	EREM PROF. ADAUTO CARVALHO (SERRA TALHADA- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,44	EREM PROF. ADAUTO CARVALHO (SERRA TALHADA- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,55	EREM MARIA VIEIRA MULITERNO (ABREU E LIMA- GRE METROPOLITANA NORTE)- 5,39	EREM ARNALDO ASSUNÇÃO (CARUARU- AGRESTE CENTRO NORTE)- 5,70	EREM DE SALGUEIRO (SALGUEIRO- GRE SERTÃO CENTRAL)- 5,64
2 ^a	EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO (SANTO AMARO- GRE RECIFE NORTE)- 5,12	EREM DE SALGUEIRO (SALGUEIRO- GRE SERTÃO CENTRAL)- 5,36	EREM ARNALDO ASSUNÇÃO (CARUARU- AGRESTE CENTRO NORTE)- 5,39	EREM LUIZ ALVES DA SILVA (SANTA CRUZ DO CABIBARIBE- GRE AGRESTE CENTRO NORTE)- 5,57	EREM DE BEZERROS (BEZERROS- GRE MATA CENTRO)- 5,39
3 ^a	EREM DE TIMBAÚBA (TIMBAÚBA- GRE MATA NORTE)- 5,02	EREM JOSIAS INOJOSA DE OLIVEIRA (ARARIPIA- GRE SERTÃO DO ARARIPE)- 5,27	EREM DE BEZERROS (BEZERROS- GRE MATA CENTRO)- 5,14	EREM DE BEZERROS (BEZERROS- GRE MATA CENTRO)- 5,45	EREM ARNALDO ASSUNÇÃO (CARUARU- AGRESTE CENTRO NORTE)- 5,38
4 ^a	EREM DE GARANHUNS (GARANHUNS- GRE AGRESTE MERIDIONAL)- 4,99	EREM DE ARCOVERDE- GRE SERTÃO DO MOXOTÓ/IPANEMA)- 5,25	EREM CLEMENTINO COELHO (PETROLINA- SERTÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO)- 5,04	EREM DE TIMBAÚBA (TIMBAÚBA- GRE MATA NORTE)- 5,38	EREM DE TIMBAÚBA (TIMBAÚBA- GRE MATA NORTE)- 5,30
5 ^a	EREM DE BEZERROS (BEZERROS- GRE MATA CENTRO)- 4,97	EREM DE TIMBAÚBA (TIMBAÚBA- GRE MATA NORTE)- 5,20	EREM DE TIMBAÚBA (TIMBAÚBA- GRE MATA NORTE)- 4,96	EREM PROF. ADAUTO CARVALHO (SERRA TALHADA- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,36	EREM LUIZ ALVES DA SILVA (SANTA CRUZ DO CABIBARIBE- GRE AGRESTE CENTRO NORTE)- 5,29
6 ^a	EREM CÍCERO DIAS (BOA VIAGEM- GRE RECIFE SUL)- 4,97	EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO (SANTO AMARO- RECIFE NORTE)- 5,18	EREM SILVA JARDIM (MONTEIRO- GRE RECIFE NORTE)- 4,96	EREM PROF. ^a BENEDITA DE MORAIS (MACAPARANA- GRE MATA NORTE)- 5,35	EREM ADAUTO CARVALHO (SERRA TALHADA- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,28
7 ^a	EREM DE PALMARES (PALMARES- GRE MATA SUL)- 4,80	EREM CLEMENTINO COELHO (PETROLINA- SERTÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO)- 5,17	EREM PROF. ADAUTO CARVALHO (SERRA TALHADA- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 4,96	EREM ALFREDO DE CARVALHO (TRIUNFO- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,35	EREM AGEU MAGALHÃES (RECIFE- GRE RECIFE NORTE)- 5,25
8 ^a	EREM DE ARCOVERDE (ARCOVERDE- GRE SERTÃO DO MOXOTÓ/IPANEMA)- 4,70	EREM NÓBREGA (ENCRUZILHADA- GRE RECIFE NORTE)- 5,15	EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO (SANTO AMARO- RECIFE NORTE)- 4,88	EREM DE PANELAS (PANELAS- GRE AGRESTE CENTRO NORTE)- 5,26	EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO (RECIFE- GRE RECIFE NORTE)- 5,24
9 ^a	EREM MARIA VIEIRA MULITERNO (ABREU E LIMA-GRE METROPOLITANA NORTE)- 4,65	EREM DE GRAVATÁ (GRE MATA CENTRO)- 5,09	EREM DE BELO JARDIM (BELO JARDIM- GRE AGRESTE CENTRO NORTE)- 4,87	EREM DE SALGUEIRO (SALGUEIRO- GRE SERTÃO CENTRAL)- 5,20	EREM AURA SAMPAIO (SALGUEIRO- GRE SERTÃO CENTRAL)- 5,23
10 ^a	EREM DE PANELAS (PANELAS- AGRESTE CENTRO NORTE)- 4,38	EREM DE BEZERROS (BEZERROS- GRE MATA CENTRO)- 4,97	EREM DE GRAVATÁ (GRAVATÁ- GRE MATA CENTRO)- 4,80	EREM CLEMENTINO COELHO (PETROLINA- SERTÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO)- 5,16	EREM ALFREDO DE CARVALHO (TRIUNFO- GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ)- 5,22

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco

Segundo os dados do IDEPE 2008, a EREMT foi a única escola de referência de sua regional presente na lista das dez melhores EREMs do Estado, ocupando a terceira posição. As dez escolas foram distribuídas em dez regionais diferentes, num total de dezessete. A localização geográfica desse grupo de escolas foi a seguinte: três na Região Metropolitana; três na Zona da Mata; duas no Agreste e duas no Sertão, ou seja, bem equilibrada geograficamente. O destaque ficou por conta da melhor escola estadual, no geral, a EREM Profº Adauto Carvalho, localizada em Serra Talhada, pertencente a GRE Sertão do Alto Pajeú.

No IDEPE 2009, a EREMT caiu duas posições entre as dez melhores EREMs estaduais, ficando em 5º lugar e foi novamente a única escola de referência da GRE Mata Norte presente nessa lista. As dez escolas foram distribuídas espacialmente em oito regionais. A localização geográfica desse grupo de escolas foi a seguinte: duas na Região Metropolitana; três na Zona da Mata e cinco no Sertão, região esta que dominou amplamente nesse ano. O destaque das escolas sertanejas e a ausência das escolas do Agreste foram fatos que aconteceram na lista das dez melhores escolas estaduais, no geral e foi ponto de discussão na Secretaria de Educação do Estado.

No IDEPE 2010, a EREMT permaneceu no 5º lugar e, mais uma vez, foi a única escola de sua regional presente na lista. As dez escolas foram distribuídas em oito regionais. A localização geográfica desse grupo de escolas foi a seguinte: três na Região Metropolitana; três na Zona da Mata; duas no Agreste e duas no Sertão. Nesse ano, houve novamente um equilíbrio regional e um fato que chamou a atenção e, de certa forma, surpreendente, foram duas questões: a líder do ranking, em 2008 e 2009, a EREM Profº Adauto Carvalho (Serra Talhada) cair para a 9ª posição, b) a EREM Maria Vieira Muliterno (Abreu e Lima), que em 2008, ficou na 9ª posição, em 2009, não apareceu na lista principal e, nesse ano, atingiu o 1º lugar. Ou seja, a queda brusca da melhor escola estadual, localizada no Sertão, região de bastante tradição na educação pernambucana e a subida rápida de uma escola localizada na Região Metropolitana, área que apresenta baixo rendimento na educação estadual.

No IDEPE 2011, a EREMT subiu uma posição e figurou entre as dez melhores escolas de referência estaduais, em 4º lugar, apresentando um rendimento esperado. No entanto, na lista principal, aparecem as duas escolas de referência da GRE Mata Norte, pois, além dela, aparece a EREM Profª Benedita de Moraes (Macaparana), inaugurada, em 2009, ficou no 6º lugar, apresentando um rendimento acima das expectativas com as primeiras turmas concluintes do 3º Ano do ensino médio. As dez escolas foram distribuídas em seis regionais.

A localização geográfica desse grupo de escolas é a seguinte: três na Zona da Mata; três no Agreste e quatro no Sertão, mostrando que as EREMs interioranas dominaram amplamente nesse ano. Nesse ano, a decepção ficou por conta da Região Metropolitana do Recife, pois, nenhuma escola dessa região figurou entre as dez melhores, principalmente a vencedora do ano anterior, enquanto, o Agreste dominou, apresentando a EREM Arnaldo Assunção, de Caruaru, como a melhor escola estadual.

No IDEPE 2012, a EREMT continuou na mesma posição e figurou no ranking das dez melhores escolas de referência estaduais, em 4º lugar, apresentando um rendimento abaixo do esperado. Na lista principal, ela foi a única escola de referência da GRE Mata Norte, motivo de grande decepção na região. As dez escolas que apareceram nesse rol foram distribuídas em seis regionais. A localização geográfica desse grupo de escolas é a seguinte: duas na Região Metropolitana do Recife; duas na Zona da Mata; duas no Agreste e quatro no Sertão, mostrando que as EREMs interioranas dominaram amplamente mais um ano. Nesse ano, as escolas de referência tiveram uma baixa em seu rendimento, a nível estadual e a sua melhor representante foi a EREM de Salgueiro, 5ª melhor escola estadual.

A partir dos primeiros contatos, no início de 2012, observamos algumas diferenças em relação ao ambiente numa escola de ensino integral, na qual a professora foi nossa colaboradora, apresentando uma proposta metodológica distinta da escola de ensino regular. Outros pontos que evidenciamos foram: a quantidade de alunos que normalmente se apresentam nas aulas; as dimensões da sala de aula; a carga horária na escola; o tempo de experiência docente; o material didático utilizado, entre outros que serão retratados com mais exatidão ao longo do período da pesquisa.

2.2 Demonstrando os mecanismos avaliativos das escolas públicas de Pernambuco

Vimos claramente que a educação pernambucana tem avançado bastante, embora, que haja alguns problemas com relação, a estrutura física de algumas escolas, seja ela regular ou de tempo integral e o processo de expansão no Estado dos modelos de ensino profissionalizante existentes na rede são apenas alguns exemplos do trabalho da gestão vigente. No entanto, a educação brasileira está pautada nos resultados dos indicadores qual-quantitativos, a nível estadual e nacional que revelam como está na realidade nossa educação anualmente. Inicialmente, mencionaremos o primeiro indicador de Pernambuco, o SAEPE, que é um dos instrumentos utilizados para avaliar a educação do Estado, no ensino infantil, fundamental e médio.

O SAEPE é um indicador que avalia as competências e habilidades, na área de Língua Portuguesa e de Matemática, dos estudantes das redes estadual e municipal de Pernambuco, nas 2^a, 4^a, e 8^a séries ou 3^º, 5^º e 9^º anos do ensino fundamental e do 3^º ano do ensino médio, incluindo os projetos de correção do fluxo escolar. Além da aplicação dos testes, a avaliação inclui outros instrumentos importantes, como: o questionário do estudante, cujo objetivo é traçar seu perfil socioeconômico e sua trajetória escolar; os questionários do professor e do diretor, com o objetivo de traçar o perfil dos profissionais da educação de Pernambuco; e o questionário da escola, cuja finalidade é conhecer infraestrutura e os serviços oferecidos por ela, tendo-se em vista identificar os fatores que interferem no desempenho escolar.

Uma matriz de referência é composta por um conjunto de descritores que explicitam dois pontos básicos do que se pretende avaliar: o conteúdo programático a ser avaliado em cada período de escolarização e o nível de operação mental necessário para a realização de determinadas tarefas. Tais descritores são selecionados para compor a matriz, considerando-se aquilo que pode ser avaliado por meio de um teste de múltipla escolha, cujos itens implicam a seleção de uma resposta em um conjunto dado de respostas possíveis. Por exemplo, vejamos no Quadro 7 – Demonstrativo do SAEPE (Turmas do 3º ano do Ensino Médio) – abaixo, uma comparação dos resultados desse indicador no Estado de Pernambuco.

Quadro 7 - Demonstrativo do SAEPE (turmas do 3º ano do ensino médio)

ANO	PERNAMBUCO	GRE MATA NORTE	TIMBAÚBA (ESTADUAL)	EREMT	GRE SERTÃO DO ALTO PAJEÚ	QUIXABA (ESTADUAL)	TOMÉ FRANCISCO
2008	PORT-233,9 MAT-243,5	233,4	258,2	279,8	248,2	269	282,6
		244,4	280,8	307,1	257,6	297,6	309,3
2009	PORT-243 MAT-249,5	240,5	240,5	290,4	255,5	272,2	304
		247,2	272,3	316,4	264,2	299	325,5
2010	PORT-239,8 MAT-246	239	258,3	283,2	252,5	277,6	294,2
		246,4	273	306,5	260,7	291,8	310,4
2011	PORT-248,2 MAT-252,4	248	262,4	298,4	261	281,1	301,7
		251,8	279,7	314,9	270,9	310	330,6

Fonte: Portal do SIEPE/SEEPE, 2012.

Levando em conta os dados acima, constatamos que: a) tanto em Língua Portuguesa como em Matemática, as médias das escolas foram maiores que os municípios onde estão localizadas; b) as três principais médias foram atribuídas a: Tomé Francisco (1º), EREMT (2º)e o município de Quixaba (3º), ou seja, tanto a escola como o município sertanejo tiveram as melhores médias apresentadas pelo indicador nos anos acima citados; c) o bom trabalho

realizado no Projeto Reforço Amigo vem propiciando grandes resultados nessas disciplinas. Em resumo, a participação das escolas em questão foi bastante satisfatória, mediante os resultados apresentados pelo indicador.

Em sala de aula, geralmente, utiliza-se um intervalo de 0 a 10 que estabelece a nota do estudante em uma prova. Trabalhar com uma medida que expressa a quantidade de questões acertadas é válido, quando se trata de avaliar os estudantes em sala de aula. Entretanto, quando um sistema é avaliado, uma nota não fornece informações suficientes a respeito do desempenho dos estudantes. Para isso, é necessária uma medida específica: a escala de proficiência, que é construída com critérios próprios e orienta a respeito das competências desenvolvidas pelos estudantes ao longo da educação básica.

Assim, na escala de proficiência, os resultados da avaliação são apresentados em níveis, revelando o desempenho dos estudantes do nível mais baixo ao mais alto. Tanto a escala de proficiência de matemática quanto a de português variam de 0 a 500 pontos, de modo a conter, em uma mesma “réguia”, a distribuição dos resultados do desempenho dos estudantes no período de escolaridade avaliado. A análise dessa distribuição fornece informações importantes sobre a qualidade da educação oferecida pela Rede Pública do Estado de Pernambuco.

A partir dos resultados alcançados pelos estudantes, as instâncias gestoras poderão elaborar políticas públicas que tornem as redes de ensino mais eficazes. Além disso, eles permitirão que as escolas pensem alternativas pedagógicas ajustadas às necessidades e às situações que fazem parte da realidade de cada estudante. Aqui, você poderá navegar tanto pela escala de proficiência de português quanto pela de matemática e, ainda, projetar, na escala, os resultados obtidos por sua escola, o que ajudará a compreender o significado pedagógico desse resultado.

Segundo a Secretaria de Educação do Estado, nessa escala, identificamos seis tipos de leitores que são considerados para essa avaliação, são eles: a) **leitor iniciante** tenha desenvolvido competências importantes para a compreensão da base alfabetica e nosso sistema de escrita, ainda precisa desenvolver aquelas habilidades necessárias ao estabelecimento de relações entre as diferentes partes do texto e entre texto e contexto; b) **leitor iniciante avançado** já pode ser considerado alfabetizado, pois, adquiriu maior autonomia na apropriação daquilo que leu. Tal autonomia, aliada ao reconhecimento da estrutura e das funções comunicativas de uma maior variedade de gêneros textuais; c) **leitor ativo** em relação ao leitor iniciante avançado é sua capacidade de realizar inferências mais

sofisticadas, que permite uma percepção mais clara do texto como um todo e daquilo que se encontra em suas entrelinhas; d) **leitor interativo avançado** realiza inferências mais complexas, como o reconhecimento de efeitos de ironia em textos de gêneros diversos, além de estabelecerem relações intertextuais, visando o reconhecimento de posicionamentos contrários; e) **leitor interativo** distingue-se do leitor ativo por ter mais experiência de leitura, pois, é essa experiência que lhe permite estabelecer estratégias mais eficazes na e para a construção de sentidos de um texto e f) **leitor proficiente** é aquele que consegue perceber que o autor, para a produção do texto, mobilizou uma série de conhecimentos (de língua, de gênero textual e de mundo) e que considera esses conhecimentos no processo de leitura e construção de sentido.

É bom lembrar que, os principais indicadores utilizados, em âmbito nacional que avaliam anualmente do rendimento das escolas: SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o Censo Escolar.

O IDEPE é outro indicador que mede a qualidade anual da educação de Pernambuco. Nesse instrumento são levados em conta tanto os resultados da avaliação do SAEPE, em Língua Portuguesa e Matemática, dos alunos do 3º ano do ensino médio, como também a média de aprovação. Na rede pública estadual, os resultados da avaliação do SAEPE e as taxas de aprovação da escola, que são os componentes do IDEPE, além de servirem de diagnóstico para o sistema de educação de Pernambuco, é o requisito fundamental para o estabelecimento do BDE, cujas metas estão descritas no Termo de Compromisso que a escola firma com a Secretaria de Educação.

Desse modo, o IDEPE é constituído por uma avaliação composta pela média do desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e em Matemática, resultante dos testes elaborados no SAEPE, e que possui escala de proficiência comum ao SAEB. É formado também pelo cálculo da taxa de aprovação em cada uma das séries da educação básica oferecidas pela escola, conforme os procedimentos do Censo Escolar, que apura os índices anuais de aprovação, reprovação e abandono. Através do índice encontrado, espera-se a ampliação da mobilização da sociedade em favor da educação pública e maior desempenho dos alunos oriundos de escolas públicas.

Com o IDEPE, propõe-se uma boa escola democrática e que promova uma educação de qualidade a todos os alunos. O cálculo do IDEPE acompanha os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação para o IDEB, em que a meta é a de alcançar até 2022, a

qualidade da educação de países, como Suécia, Finlândia, Dinamarca, Alemanha, Coréia do Sul, Cingapura, Japão, China, Austrália, Chile.

O BDE é outro indicador que foi aplicado, desde 2008, para as escolas públicas estaduais e, desde 2009, para as Gerências Regionais de Educação. Trata-se de uma premiação pelos resultados positivos alcançados, beneficiando os servidores lotados e em exercício nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino e nas GReS, que segue a legislação específica. É um incentivo para promover a qualidade do ensino e valorizar a remuneração dos profissionais da educação. Para participar do BDE, é necessário que a escola tenha o seu IDEPE.

O Governo do Estado de Pernambuco reserva um valor correspondente à soma de todos os salários-base dos funcionários lotados nas escolas estaduais e Gerências Regionais de Educação, excetuando o pessoal terceirizado. Todo esse montante é distribuído entre os que alcançam pelo menos 50% de suas metas. O valor máximo que um funcionário ganha, normalmente, é mais de uma remuneração, dependendo do número de escolas que atingirem mais de 50% de sua meta.

Segundo, a Secretaria de Educação do Estado, para o servidor, o bônus é proporcional ao cumprimento da meta, pois, a escola ou GRE deve atingir o mínimo da meta projetada para o período. O valor a ser recebido é proporcional ao percentual realizado da meta, até atingir o máximo de 100% e o exercício mínimo para ter direito ao bônus, o servidor deverá ter permanecido em efetivo exercício por, no mínimo, seis meses no ano letivo de referência para a concessão da premiação.

Em relação às GReS, o bônus é calculado com base nos resultados alcançados pelas escolas estaduais em sua jurisdição. De fato, o bônus é proporcional ao sucesso alcançado pelas escolas estaduais de cada GRE no que diz respeito à realização das metas pactuadas com a Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE). O bônus de cada GRE corresponde à média do percentual da meta realizado pelas escolas, variando entre 0% e 100%, ponderado pelo número de alunos avaliados em cada escola. Para o governo estadual, o BDE, devido aos profissionais das regionais, é um índice que reflete o sucesso da GRE em fomentar a qualidade do ensino em sua jurisdição, assegurando aos estudantes o avanço da rede em direção às metas globais de qualidade.

Depois de apresentados os modelos de educação pública do Estado de Pernambuco, é relevante neste momento, destacarmos os principais indicadores utilizados, em âmbito nacional, que servem de referência para a avaliação anual do rendimento das escolas.

O SAEB é o primeiro sistema de avaliação da educação em escala nacional. Foi aplicado pela primeira vez em 1990 e reformulado em 1995, quando abriu espaço para as turmas do 3º Ano do ensino médio e também passou a permitir a comparação de resultados de diferentes edições. Hoje, o SAEB e a Prova Brasil participam da composição do IDEB.

Aplicado de dois em dois anos, o SAEB avalia uma amostra de alunos matriculados nas 4^{as} e 8^{as} séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio de escolas públicas e particulares, rurais e urbanas. Por ser calculado em cima de dados amostrais, não há indicadores por escola ou município, apenas por regiões e unidades federais. As provas são constituídas por testes de matemática e de português, e os estudantes recebem notas que vão de 0 a 10. Além disso, são coletados dados socioeconômicos dos alunos, professores e diretores. Na oportunidade são preenchidos formulários em que são solicitadas informações sobre as condições físicas e recursos financeiros das escolas.

O IDEB foi criado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ele é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB e na Prova Brasil. Ou seja, quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências a escola registrar, melhor será a sua classificação, numa escala de zero a dez. O mecanismo foi muito bem avaliado por especialistas em educação justamente por unir esses fatores. Sendo assim, se uma escola passar seus alunos de ano sem que eles tenham realmente aprendido, por exemplo, isso ficará claro a partir da análise do desempenho dela no IDEB.

Com o índice pretende-se, realizar um mapeamento detalhado da educação brasileira, com dados por escolas, municípios e estados, além de identificar quem são os que mais precisam de investimentos e cobrar resultados. A Prova Brasil e o SAEB são aplicados a cada dois anos. A coleta e compilação dos dados demoram cerca de um ano. Quando o IDEB foi criado, foram utilizados os dados de 2005, divulgados em 2006. Em 2008, saíram os resultados de 2007, em 2010, foram divulgados os resultados de 2009, em 2012, os dados de 2011, em 2014, serão divulgados os resultados de 2013 e assim sucessivamente.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na verdade, podemos dizer que o Brasil ainda investe pouco em educação, embora, seja observado um aumento significativo nos últimos anos, com relação às nações mais desenvolvidas nesse setor, segundo os dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2010, pois, justamente são as que estão na dianteira do ensino. Através dos dados estatísticos da pesquisa que reúne e compara dezenas de indicadores em 42 países, revelam que poucas nações fizeram tanto esforço quanto o Brasil para investir no ensino básico e superior.

A fatia do PIB para a área educacional aumentou 57% entre 2002-2012, menos apenas do que na Rússia, onde as verbas avançaram 90%. Considerando apenas os gastos públicos, o Brasil já surge, surpreendentemente, no mesmo nível das nações mais ricas do mundo e com excelência educacional. Só que a qualidade do ensino não acompanhou o empenho financeiro e, o país permaneceu no mesmo patamar de sempre, sendo considerado um dos piores do mundo, como enfatiza o ranking da OCDE, que leva em conta a leitura, a matemática e a ciência, apresentando no seu top 10, os seguintes países: a) China (Xangai); b) Coréia do Sul; c) Finlândia; d) China (Hong Kong); e) Cingapura; f) Canadá; g) Nova Zelândia; h) Japão; i) Austrália; j) Holanda e o Brasil ficaram em 53º lugar, atrás de países sem expressão na educação, como Trinidad e Tobago, Emirados Árabes Unidos e Taiwan. A solução deve partir da sociedade, depois da classe política e do setor privado.

Essa posição tão vergonhosa do nosso país é o resultado de vários aspectos negativos, ao longo das décadas, tais como: a) falta de estrutura nas instituições de ensino; b) fracasso de várias políticas públicas educacionais; c) baixos salários dos professores; d) a universidade não prepara o aluno para o ensino básico; e) poucos professores se capacitam e se especializam para atuarem no ensino básico; f) a ausência de forma atuante da família na escola; g) falta de incentivo para os alunos se tornarem competitivos na escola e na vida; h) dívida educacional histórica; i) pouco investimento do setor público e privado nesse setor; j) falta de aproximação entre sociedade e escola.

O Congresso Nacional discute propostas para que os recursos financeiros voltados para a educação cheguem a 10% do PIB. Nenhum país da OCDE gasta tanto (a Islândia, campeã nesse quesito, investe 8%). Ainda que as intenções sejam boas, a questão-chave, sobre como converter essa vistosa cifra em um ensino de alto nível, parece passar ao largo do debate em Brasília. Mas, não adianta investir cada vez mais em um sistema que não se transforma como

deveria. É preciso reformá-lo, pois, só será possível avançar satisfatoriamente em prol da qualidade da nossa educação, se o país passar a atrair gente talentosa para a carreira de professor, ou seja, tem que ser algo convidativo e rentável para o profissional. Um das formas de despertar o interesse de nossas melhores cabeças pela sala de aula é implantando um regime de meritocracia, coisa rara no país, que lhes dê incentivos e um bom horizonte profissional, como que acontece em outros países, por exemplo, Coréia do Sul e Cingapura.

Desse modo, afirmamos que seria um investimento que sabidamente compensa. Há outra forma essencial, que não requer dinheiro, mas uma radical mudança de mentalidade. Os cursos de pedagogia e de licenciaturas devem começar a formar gente, no meio acadêmico, verdadeiramente, preparada para alçar o Brasil ao ranking que importa que é o da excelência, principalmente, para o ensino básico, pois, as universidades normalmente preparam seus alunos para seguir no ambiente de pesquisa acadêmica, mesmo sabendo que apenas alguns alunos seguirão essa jornada rumo a esse tipo de carreira, no entanto, a maioria deles, serão utilizados fora dela.

É pela educação que as gerações se transformam e aperfeiçoam. Para uma sociedade nova são necessários homens novos. Isso aqui é mais do que um comentário. É um grande desabafo, baseado em fatos reais. Nós ainda somos o que somos por culpa desse grande atraso na nossa educação. Lamentavelmente, ainda vai demorar muito para mudarmos. Temos apenas algumas ilhas de sabedorias e excelências, cercada de problemas, de caos. Essa reportagem de Quixaba diz um pouco disso. A cidade passa a ter mais respeito pela qualidade do seu ensino. Pelo empenho e dedicação dos seus professores. E saber que o primeiro prefeito foi Antonio Pezão. Um modesto pedreiro que mal assinava seu nome. Como prefeito, matriculou-se na escola como aluno comum. Aprendeu a ler e escrever. Foi matéria da Revista Veja, nos anos de 1980. Desde então, o que sabemos é que a cidade tem prosperado nesse ramo e que outros tomem esse mesmo caminho.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M.C. de. **Uma geografia para o século XXI.** Recife: CEPE, 1993.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira.** Obras completas. Vol. XIII. 5^a ed., revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos/Edusp.
- BAKUNIN, Mikhail. **A Instrução Integral.** São Paulo: Imaginário, 2003.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio.** Brasília: /MEC, 2000.
- _____. **CONGRESSO NACIONAL.** Lei nº 8.479, de 06 de Novembro de 1992. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1. 10/11/1992. p. 15601.
- _____. Ministério da Educação. **Portal do MEC:** Governo. Brasília. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acessado em 13/8/13.
- CACETE, Núria Hanglei. **A formação do professor para a escola secundária e sua localização institucional:** Da Faculdade de Filosofia ao Instituto Superior de Educação. A referência da formação do professor de geografia. São Paulo: USP, 2002. Tese de Doutorado.
- CASTELLAR, Sônia (org). **Educação geográfica teorias e práticas docentes.** São Paulo, Contexto, 2005.
- CAVALCANTI, L. S.de. **Geografia, escola e construção do conhecimento.** Campinas: 1997.
- CAVALIERE, Ana Maria V. Uma escola para a modernização em crise: considerações sobre a ampliação das funções da escola fundamental. In: CAVALIERE, A.M.V. **Escola de Educação Integral:** em direção a uma educação escolar multidimensional. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- CRUZ, Ana Lúcia Domingos da. **A formação do professor de Geografia.** Monografia de graduação- UFPB/CCEN- João Pessoa, 2006.
- CURY, C. R. J. **Sistema Nacional de Educação:** desafio para uma educação igualitária e federativa. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10/12/2012.
- DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade/Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria de Souza Minayo (Orgs.),- Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- EBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação em tempo integral.** Centro Educacional Carneiro Ribeiro. MEC-INEP-Bahia, 1969.
- FERREIRA, E. & OLIVERIA, D. A. **Crise da Escola e Políticas Educativas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FONSECA, Gilson Luiz Bretas da. **Qualidade dos Indicadores Educacionais para Avaliação de Escolas e Redes Públicas de Ensino Básico no Brasil.** UFMG: Juiz de Fora, 2010. Dissertação de Mestrado.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro. 17^a ed. Ed. Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1977.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil:** Inovações em Processo/ Moacir Gadotti. - São Paulo: Ed.eLivr. Instituto Paulo Freire, 2009.

LIBÂNEO, José. C. **A política educacional e o funcionamento interno das escolas.** Presença Pedagógica, vol. 14, 2008.

MACHADO, Flora Prata. **Escola de horário integral:** dia-dia concretizando utopias. In: Coelho, Lígia M.C. da Costa e Cavaliere, A. M.V. Educação Brasileira e(m) Tempo Integral. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MAGALHÃES, Marcos. **A juventude brasileira ganha uma nova escola de ensino médio:** Pernambuco cria, experimenta e aprova/ Marcos Magalhães. São Paulo: Albatroz: Loqui, 2008.

MAINARDES, J. **Análise das Políticas Educacionais:** breves considerações teórico-metodológicas. Revista Contrapontos.vol. 9, nº 1, p. 4-16 – Itajaí, jan/abr. 2009. Artigo científico.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. 5.ed. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

_____. 4^º ed. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, Lucy Satyro de. **O currículo escolar de geografia e a construção do conhecimento:** um olhar para a prática pedagógica do professor de geografia. João Pessoa: UFPB, 2010. Dissertação de Mestrado.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos."CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança)" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=82>, visitado em 12/3/2013.

MOLL, Jaqueline. **Educação integral e reinvenção da escola:** elementos para o debate a partir do programa mais educação. In convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Textos selecionados do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MORAES, Antônio C.R. **Para onde vai o ensino de geografia?** 4^a ed. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. & COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Crítica- a valorização do espaço. 2^a ed. São Paulo: Ed.Hucitec. 1987.

_____. **Ideologias geográficas**- espaço, cultura e política no Brasil. 3^a ed. São Paulo: Ed.Hucitec. 1996.

PARO. V. **Escola de tempo integral**: desafio para o ensino público. São Paulo: Cortez, 1988.

PAULILO, André Luiz. **A pesquisa em políticas públicas de educação numa perspectiva histórica**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 91, n. 229, p. 481-510, set./dez. 2010. Artigo científico.

PERNAMBUKO, Governo do Estado. **Portal SIEPE**. Recife. Disponível em: www.siepe.educacao.pe.gov.br. Acessado em 12/8/13.

PIPITONE, Maria Angélica Penatti. **Comunicações e Informações**: Considerações em Torno das Propostas de Escola de Tempo Integral. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. Vol.76, nº 182-183, p. 367-402, jan/ago, 1995.

REGO, Nelson. et al. **Geografia e educação**: geração de ambiências. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. Cristiane Simões; MACIEL, Edileuza Maria e SILVA, Thatyana Angélica dos Santos. **Educação integral**: valorizando a cultura nos espaços educativos. Colóquio Internacional Paulo Freire, São Paulo. 2010.

SEVERINO, Antônio José. 23. ed. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHINEIDER, G. **Indicadores educacionais**: uma análise frente à realidade paranaense. Jornal de Políticas Educacionais. vol. 11, p. 33-44 – Curitiba, jan/jun. 2012. Artigo científico.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 6^a ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

ANEXOS

Anexo 1- Entrevista com os gestores escolares



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia-Mestrado

Atividade voltada para a conclusão da pesquisa de Mestrado em Geografia, baseada num estudo comparativo entre duas escolas públicas da rede de educação do Estado de Pernambuco (uma regular e outra integral), avaliando os principais indicadores educacionais, além das políticas públicas educacionais. A entrevista é dirigida aos gestores da Escola de Referência em Ensino Médio de Timbaúba (EREMT), do município de Timbaúba-PE, localizada na Zona da Mata Norte Pernambucana e da Escola Estadual Tomé Francisco da Silva, do município de Quixaba-PE, localizada no Sertão do Alto Pajeú.

Caro (a) gestor (a), a entrevista a seguir tem como objetivo saber qual é o seu entendimento a respeito do modelo de gestão vigente na escola e qual a sua contribuição em prol da educação municipal. Gostaria que respondesse as questões abaixo. Desde já agradeço a sua colaboração/participação.

Mestrando: Valdemberg Dias da Silva
Orientador: Prof. Dr. Josias Castro Galvão

1-QUAL A SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA?

2- POSSUI ALGUMA PÓS-GRADUAÇÃO? CASO AFIRMATIVO, EM QUE ÁREA?

3-HÁ QUANTOS ANOS EXERCE A FUNÇÃO DE GESTOR ESCOLAR?

4-VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL?

5-QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA FUNÇÃO DE GESTOR ESCOLAR?

6- QUAIS AS ATIVIDADES QUE OCUPAM MAIS SEU TEMPO NA ESCOLA?

7-AVALIE AS CONDIÇÕES E O FUNCIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA QUE VOCÊ DIRIGE?

8-QUAIS OS EQUIPAMENTOS QUE A ESCOLA DISPÕE NA SUA GESTÃO?

9-O QUE ESTÁ FALTANDO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA ESCOLA?

10-QUAIS ERAM AS CONDIÇÕES DA ESCOLA QUANDO VOCÊ ASSUMIU A GESTÃO E QUAL A SITUAÇÃO ATUAL?

11-QUAL O SEU CONHECIMENTO COM RELAÇÃO AOS INDICADORES EDUCACIONAIS, A NÍVEL NACIONAL (SAEB, IDEB, CENSO ESCOLAR) ESTADUAL E MUNICIPAL (SAEPE E IDEPE)?

12-COMO VOCÊ AVALIA OS INDICADORES DE SUA ESCOLA?

13-VOCÊ CONSIDERA QUE O MELHOR DESEMPENHO DA AVALIAÇÃO DA ESCOLA PASSA PELA GESTÃO ESCOLAR?

Obrigado pela colaboração!!!

Anexo 2- Entrevista com as Secretárias de Educação



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia-Mestrado e
Doutorado

Atividade voltada para a conclusão da pesquisa de Mestrado em Geografia, baseada num estudo comparativo entre duas escolas públicas da rede de educação do Estado de Pernambuco (uma regular e outra integral), avaliando os principais indicadores educacionais, além das políticas públicas educacionais. A entrevista é dirigida aos secretários municipais de Educação de Timbaúba-PE e Quixaba-PE.

Caro (a) gestor (a), a entrevista a seguir tem como objetivo saber qual é o seu entendimento a respeito do modelo de gestão vigente no município e/ou no Estado e qual a sua contribuição em prol da educação municipal e/ou estadual. Gostaria que respondesse as questões abaixo. Desde já agradeço a sua colaboração/participação.

Mestrando: Valdemberg Dias da Silva
Orientador: Prof. Dr. Josias Castro Galvão

1-QUAL A SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA?

2- POSSUI ALGUMA PÓS-GRADUAÇÃO? CASO AFIRMATIVO, EM QUE ÁREA?

3-HÁ QUANTOS ANOS EXERCE A FUNÇÃO DE SECRETÁRIO (A) DE EDUCAÇÃO?

4-VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL?

5-QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO (A) DE EDUCAÇÃO?

6- QUAIS AS ATIVIDADES QUE OCUPAM MAIS SEU TEMPO COMO SECRETÁRIO (A) DE EDUCAÇÃO?

7-AVALIE AS CONDIÇÕES E O FUNCIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO QUE VOCÊ DIRIGE?

8-QUAIS OS EQUIPAMENTOS QUE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DISPÕE NA SUA GESTÃO?

9-O QUE ESTÁ FALTANDO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL?

10-QUAIS ERAM AS CONDIÇÕES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL QUANDO VOCÊ ASSUMIU A GESTÃO E QUAL A SITUAÇÃO ATUAL?

11-QUAL O SEU CONHECIMENTO COM RELAÇÃO AOS INDICADORES EDUCACIONAIS, A NÍVEL NACIONAL (SAEB, IDEB, CENSO ESCOLAR) ESTADUAL E MUNICIPAL (SAEPE E IDEPE)?

12-COMO VOCÊ AVALIA OS INDICADORES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL?

13-VOCÊ CONSIDERA QUE O MELHOR DESEMPENHO DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL PASSA PELA SUA GESTÃO?

Obrigado pela colaboração!!!